

TEXTUALIDADE  
E MEMÓRIA  
PERMANÊNCIA, ROTURA,  
CONTROVÉRSIA

EDIÇÃO  
JOHN GREENFIELD  
FRANCISCO TOPA



CITCEM  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR  
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: *Textualidade e memória: permanência, rotura, controvérsia*

Edição: John Greenfield, Francisco Topa

Comissão editorial: John Greenfield (U. Porto / Coordenador), Francisco Topa (U. Porto),

Ingrid Kasten (F.U. Berlin), Laura Auteri (U. Palermo), Solange Fiuza Cardoso Yokozawa (U.F. Góias)

Design gráfico: Helena Lobo Design | [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

Paginação: Carlos Gonçalves | [www.carlosgoncalves.net](http://www.carlosgoncalves.net)

Imagem da capa: Fuselog – Gabinete de Design, Lda.

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória

Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | [www.citcem.org](http://www.citcem.org) | [citcem@letras.up.pt](mailto:citcem@letras.up.pt)

Depósito legal: 454106/19

ISBN: 978-989-8351-96-8

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8351-96-8/tex>

Porto, dezembro de 2018

Produção: [www.decadadaspalavras.com](http://www.decadadaspalavras.com)

Impressão e acabamento: Clássica, Artes Gráficas. Porto.

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 — Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.

# RETRATO DE UM PROFESSOR LICEAL, INTELECTUAL E OPOSICIONISTA NO ESTADO NOVO: O CASO DE ÓSCAR LOPES

LUÍS GROSSO CORREIA\*

*Falei de sabedoria e sofrimento, de escrúpulo e lealdade; gostaria ainda de falar, a propósito de Óscar Lopes, de simplicidade e pudor, pois nele é o que imediatamente vem à tona. Ora a simplicidade é como a verdade: vê-se. Quanto ao pudor, aqui, será menos equívoco chamar-lhe respeito por si próprio. Um tal sentimento é, em Óscar Lopes, cultivado até ao excesso. O seu primeiro movimento é apagar-se, tão isento ele é de narcisismo. Nunca ninguém o verá em bicos de pés para melhor se reflectir nas águas do nosso olhar.*

Eugénio de Andrade, *Duas notas sobre Óscar Lopes*  
(a 15 de abril de 1974; cf. 1996)

«Ora essa! Disponha sempre, não é?»

Foi com esta frase espontânea e cortês que Óscar Lopes (1917-2013), depois da renovação do nosso agradecimento, rematou a entrevista de quase 205 minutos que, no âmbito da nossa tese doutoral sobre o Liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II no período do Estado Novo<sup>1</sup>, gentilmente nos concedeu na sua residência particular, à Rua de Belos Ares, no Porto, no dia 2 de março de 2001.

Apesar de Óscar Lopes ter declarado, por duas vezes, estar «muito amnésico», a entrevista, salvo alguns lapsos de memória para com datas e nomes (facilmente reconstituíveis a partir de fontes de informação escrita) por parte do entrevistado, e, declare-se igualmente, do extenuante e permanente controlo do viés emocional que atravessava o entrevistador (afinal era interlocutor de um dos autores da obra canónica por onde aprendera a estudar a história da literatura portuguesa, de um dos intelectuais mais destacados da segunda metade do século XX e de um professor subalternizado, por motivos extraprofissionais, em cerca de 19 dos 24 anos que serviu o referido Liceu), decorreu de modo vivo, fluido, enredando assuntos noutros assuntos, tendo sido, inclusive, intervalada, por breves minutos, por um chá preparado e oferecido pela Dr.<sup>a</sup> Maria Helena Madeira, esposa do nosso entrevistado.

---

\* Universidade do Porto/Centro de Investigação e Intervenção Educativas.

<sup>1</sup> Cf. CORREIA, 2016a; CORREIA, 2016b.

Os critérios que, à época, nos levaram a investir Óscar Lopes como fonte de *história imediata* da nossa pesquisa, focada na organização escolar do referido Liceu, foram já descritos no pequeno apartado que a ele dedicamos em publicação anterior<sup>2</sup>, a saber: aluno do Liceu entre 1932 e 1934; filho de Armando Lopes, professor de Canto Coral no mesmo Liceu; longevidade como professor efetivo do 1.º grupo docente (1950-1974); professor-coordenador do jornal escolar «O Mensageiro», publicado no quadro das atividades circum-escolares da Mocidade Portuguesa, entre 1952 e 1955; detido preventivamente, para averiguação de *crimes contra a segurança do Estado*, pela Polícia Internacional e Defesa do Estado (PIDE) de 12 março a 15 de julho de 1955 e entre 17 e 20 de junho de 1963; suspenso da atividade letiva e de remuneração, por efeito da condição de arguido, entre 12 março de 1955 e 12 de junho de 1957, data em que foi absolvido das acusações por decisão do Tribunal Plenário do Porto e reintegrado no serviço liceal por imediata decisão do então Ministro da Educação Nacional, Francisco Leite Pinto; autor de inúmeras obras marcantes da história e ensaísmo literário e de estudos linguísticos; promotor e orador de múltiplos colóquios e de conferências de natureza cultural e literária; e, já aludido anteriormente, a subalternização das suas capacidades e competências profissionais no quadro do Liceu que, a partir de 1957/1958, é elevado à categoria de Liceu Normal.

Esta entrevista, mercê da riqueza e pertinência dos conteúdos de informação, pistas de pesquisa e perspetivação recolhidos, semeou em nós a vontade de, depois de cumprida a tarefa académica de defesa da tese doutoral, aprofundar o estudo sobre uma história de vida ímpar no contexto de um regime repressivo. Neste sentido, em janeiro de 2011 consultámos os 8 processos a ele dedicados pela PIDE<sup>3</sup>, juntámos a análise de várias obras suas publicadas no período em análise e somente agora, no quadro da iniciativa de estudos sobre *Textualidade e Memória: permanência, rotura, controvérsia (1945-2015)*, em honra de Maria João Reynaud, amiga e colega de ofício (de uma área do conhecimento vizinha), é que *inventámos* o tempo necessário para organizar alguns dados no presente e breve estudo.

Devemos, antes de outros desenvolvimentos, tecer algumas considerações prévias de natureza metodológica. Não nos foi fácil fazer aportar o trabalho no ponto em que ele aqui se apresenta. Se, num primeiro momento, tivemos a sensação (quase eufórica) de que dispúnhamos de um manancial de fontes escritas<sup>4</sup>, vários e omnímodos trabalhos publicados por Óscar Lopes (cf. as diferentes entradas em referências bibliográficas) e sobre Óscar Lopes<sup>5</sup> e fontes orais (a entrevista que realizámos ao próprio e a outros antigos professores e alunos do Liceu acima referido), o certo é que a tarefa de esboçar

<sup>2</sup> Cf. CORREIA, 2016a: 281-284.

<sup>3</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS.

<sup>4</sup> Cf. AHME; AESRF; ANTT — PIDE/DGS; AFLUP; «O Jornal»; «O Mensageiro».

<sup>5</sup> Cf. AA.VV., 1996; BRITO *et al. org.*, 1997; SANTO *et al.*, 2001; NEVES, 2005.

a *escrita de uma vida (bio-grafia)* de um *agente* histórico com um trajeto denso, plural, rico, obrigou-nos a repensar o dispositivo inicialmente previsto para este estudo, ainda que de fôlego contido.

Assim, se a entrevista realizada a Óscar Lopes foi enquadrada por uma nossa preocupação inicial de dar voz, «em diligência puramente científica»<sup>6</sup> a um professor-intelectual competente, subalternizado no Liceu D. Manuel II por motivo de perseguição política movida pela PIDE, no âmbito do presente trabalho tivemos de esboçar a tentativa de totalização do movimento da sua vida, guiados pela vontade de nada deixar passar em claro, ou de perder o menos possível<sup>7</sup>, com vista a levar a análise para além da descrição empírica, ou de fixação de memória, e de demonstrar os nexos e sentido que o seu trajeto de vida faz na ótica do investigador. Deste modo, tentamos (re)traçar uma *descrição densa*, feita de «sistemas entrelaçados de signos interpretáveis»<sup>8</sup>, construída e o mais coerente possível.

O retrato de Óscar Lopes que aqui construímos não é, assim, o da demora (analítica) de uma pintura a óleo, nem o do instante da *photomaton*. Será algo que se pode situar numa duração de exposição intermédia, na qual o nosso objeto/sujeito de análise é retratado por uma técnica artesanal de fotografia como, por exemplo, o daguerreótipo.

Em complemento de *Convite para a URSS*, obra publicada em 1973, Óscar Lopes respondeu ao designado *questionário Proust* (questionário colocado por Antoinette Faure, por volta de 1886, ao ainda adolescente Marcel Proust<sup>9</sup>). Em resposta à questão «Que profissão, que não fosse a de escritor, gostaria de ter exercido?», Óscar Lopes afirmou o seguinte (o sublinhado é nosso): «Tenho exercido e acumulado várias profissões: a de professor de vários graus, a de crítico ou ensaísta literário, a de investigador, não falando no distractivo *do-it-yourself* doméstico de várias espécies. Falo de tudo isto porque de tudo isto gosto, mas o modo como me sinto melhor é como uma espécie de estudante vitalício»<sup>10</sup>.

A partir dos vários registos de Óscar Lopes guardados no Arquivo da Escola Secundária Rodrigues de Freitas, podemos encontrar dados atinentes à sua condição de estudante liceal e de professor. Enquanto aluno do ensino não-superior: aprovou o exame da 4.<sup>a</sup> classe do ensino primário com a classificação de 16 valores (Distinto) em 18.06.1928; como aluno do ensino particular, das professoras Rosa Gaudêncio de Campos Vieira e Irene da Purificação da Silva, propôs-se realizar o exame da então 3.<sup>a</sup> classe do curso liceal no Liceu de Rodrigues de Freitas, no ano letivo de 1931/1932; na mesma condição de estudante externo, matriculado no Colégio da Nova, em Leça

<sup>6</sup> POIRIER *et al.*, 1999: 14.

<sup>7</sup> Cf. DOSSE, 2005, 19.

<sup>8</sup> Cf. GEERTZ, 1978: 24.

<sup>9</sup> Cf. CARTER, 2013: 51-52.

<sup>10</sup> LOPES, 1973: 111.

da Palmeira, aprova o exame da 5.<sup>a</sup> classe no mesmo Liceu, em julho de 1933; nos dois anos letivos subsequentes matricula-se como aluno interno da classe de Letras do Liceu Rodrigues de Freitas<sup>11</sup>, vindo a aprovar o 7.<sup>o</sup> e único ano do curso liceal em julho de 1935.

Da sua passagem pelo Liceu Rodrigues de Freitas, que à época ainda estava em fase de obras de acabamento, «de maneira que só existia a ala que está pegada à Igreja de Cedofeita» (da Entrevista), destaca um único professor que o marcou profundamente, tanto pedagógica como cientificamente:

*Uma influência puramente didática, especialmente científica, linguística. Foi o Prof. Francisco Torrinha. [...] Um homem que ainda hoje considero excepcional. E foi por influência das aulas dele [...] que eu segui o curso de Clássicas. Não me arrependo. Embora eu gostasse de vários outros. Poderia ter tirado outros cursos: Física, Matemática ou coisa parecida... A minha vocação era muito científica. Foi esse o professor do secundário que, de facto, exerceu influência em mim. Foi meu professor de Latim. Em grande parte sentia, quando era aluno, o magistério dele. Apropriei-me da maneira dele ensinar<sup>12</sup>.*

A mudança para Lisboa, na condição de estudante universitário, vai impedi-lo de continuar a sua formação musical. Como estudante do ensino superior, vai cursar Filologia Clássica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, entre 1935 e 1939, e, ato contínuo, realizar e aprovar o Estágio Pedagógico (com Exame de Estado) para o Magistério Liceal no Liceu Normal Pedro Nunes, em Lisboa, de 1939 a 1941. Ainda na qualidade de estudante do ensino superior, vai aprovar todas as cadeiras de Ciências Histórico-Filosóficas em período que ainda não conseguimos determinar, mas que, a partir da entrevista realizada, podemos situar na década de 1940.

Do ponto de vista académico, Óscar Lopes estava, assim, habilitado com duas licenciaturas (Filologia Clássica e Ciências Histórico-Filosóficas) e, do ponto de vista profissional, para a docência profissional de Português, Latim e Grego (1.<sup>o</sup> grupo docente do ensino liceal) e, ainda que subsidiariamente, de História e Filosofia (4.<sup>o</sup> grupo docente).

Porém, o nosso *estudante vitalício* não circunscreveu os seus estudos ao *cursus honorum* académico-escolar e profissional acima referido. O estatuto com que se autodefiniu tem a ver igualmente com os *frutos* das múltiplas pesquisas que desenvolveu, como iremos analisar mais adiante, na qualidade de historiador, ensaísta e crítico de Literatura, em particular de Literatura portuguesa, de investigador em Linguística,

<sup>11</sup> Cf. AESRF — Processo Individual do aluno Óscar Luso de Freitas Lopes, cx. s.n.<sup>o</sup>.

<sup>12</sup> Da Entrevista.

ramo de investigação que foi induzido pelas problemáticas educativas e didáticas com que se confrontou na *praxis* do ensino da língua portuguesa, de divulgador cultural (através das múltiplas conferências e colóquios que proferiu e organizou), de editor literário da Editorial Inova a partir de 1966 e de, a palavra poderá ser exagerada, mas não encontramos, de momento, outra mais económica e adequada, pedagogo informado por um *humanismo* outro, como veremos mais adiante. Este humanismo foi por ele enraizado e treinado nas línguas e literaturas clássicas, matizado pelo dever histórico, a um tempo, da literatura ocidental e portuguesa, da língua portuguesa e da humanidade, em particular no período após a II Guerra Mundial (*Guerra Fria*, movimentos de reconstrução da paz internacional, descolonização, novos países independentes, novas problemáticas educativas, sociais e políticas, entre outros), e por princípios de liberdade, rigor, crítica, risco, criatividade e responsabilidade intelectual, social e científica (que constituem a marca de água dos seus trabalhos publicados).

Curiosamente, o nosso *estudante vitalício* cedo denotou relevante veia pedagógica e solidária para com os colegas de Liceu ao, assinando como Óscar Luzo Leça, e em conjunto com Alexandre Rocha Peixoto Amorim (nome talvez igualmente modificado), ter produzido uma sebenta das aulas do 7.º ano de Português da classe do professor José Barros Nobre, a qual foi titulada de *Nótulas sobre História da Literatura Portuguesa* (61 páginas datilografadas). Esta sebenta, destinada aos alunos do ano letivo de 1936/1937, isto é, disseminada internamente no Liceu Rodrigues de Freitas, quando Óscar Lopes já estava a cursar o 2.º ano do curso superior de Filologia Clássica, em Lisboa, continha um propósito pedagógico conforme se pode ler na justificação patenteada na sua página de rosto, a saber:

*Uma longa e edificante experiência revelou-nos quanto há de incomodo e improfícuo na canceira de tirar e passar apontamentos das aulas. Por isso, e sob os auspícios do Excelentíssimo Senhor doutor Barros Nobre, por cujo patrocínio nos confessamos maximamente penhorados, consagramos boa parte das ultimas ferias á tarefa de dar forma e ajustar á mais recente orientação dos pontos escritos as «NÓTULAS SOBRE HISTORIA DA LITERATURA PORTUGUEZA», que o Senhor Doutor Barros Nobre nos ditara no curso de 33-34<sup>13</sup>.*

Um dos efeitos a médio prazo destas *Nótulas* foi a abertura de uma linha de trabalho pedagógico-didática na carreira de Óscar Lopes, ainda durante o Estágio Pedagógico. Essa linha tem a ver com a produção de livros escolares, em parceria com Júlio Martins, destinados a estudantes dos ensinos liceal e técnico, como as *Lições elementares de Literatura portuguesa* (de 1941, com 191 páginas), o *Manual elementar*

<sup>13</sup> AESRF — *Nótulas sobre Historia da Literatura Portuguesa* (por Alexandre Rocha Peixoto e Óscar Luso Leça).

de *Literatura Portuguesa* (de 1941; originalmente publicado com 135 páginas, terá 5 reedições atualizadas até 1970 e, com isso, vindo a atingir as 237 páginas) ou a *Breve história da literatura portuguesa* (de 1945; brevidade de 397 páginas).

## PROFESSOR

Mesmo antes de começar a sua carreira como professor do ensino liceal, o nome de Óscar Lopes, em parceria com Júlio Martins, já figurava em livros escolares dedicados à literatura portuguesa editados pela Livraria Avelar Machado, de Lisboa<sup>14</sup>. O professor debutante firmava, deste modo, o seu nome na paisagem da edição escolar e, a avaliar, por exemplo, pelas seis reedições do *Manual elementar de Literatura Portuguesa*<sup>15</sup>, no período em análise, com uma qualidade reconhecida pelos pares. Aliás, como se pode ler no primeiro parágrafo do *Prefácio* desta publicação, os autores visaram preencher uma lacuna curricular e editorial, a saber:

*Pela primeira vez se publica, entre nós, um manual de literatura portuguesa destinado ao Ensino Técnico. Pretende-se, com êle, suavizar a tarefa bem árdua, de ensinar a alunos, cuja cultura é ainda muito deficiente, o essencial desta disciplina que, como se sabe, não tem programa definido no Ensino Técnico e, por isso mesmo, causa, muitas vezes, confusão a professores e alunos*<sup>16</sup>.

Na edição de 1941, o *manual elementar*, que representou o número inaugural da «série B) Ensino Técnico» da coleção Avelar, era composto por *Prefácio*, *Introdução*, três partes ou «épocas» (medieval, clássica e romântica), as quais, em globo, se distribuíam por 9 capítulos ou «períodos», como são designados pelos autores, ao longo de 135 páginas. Na sua edição sexta, corrigida e atualizada, o livro é organizado em torno de uma *Introdução* seguida por 8 «fases» (partes), distribuídas por um total 27 «capítulos» ao longo de 237 páginas. Na primeira edição, o manual finalizava com o estudo da «literatura como elemento de agitação social e política» de autores realistas do século XIX<sup>17</sup>, ao passo que na sua sexta edição se estendia até às «novas orientações realistas» das «tendências contemporâneas», fazendo, por isso, menção a trabalhos de Aquilino, Agustina, Sttau Monteiro, entre outros<sup>18</sup>. Esta breve caracterização da morfologia serve para transmitir uma ideia sobre o labor de atualização e aditamento, por parte dos autores, do conhecimento substantivo veiculado e da evolução, em termos pedagógicos, da organização interna do manual ao longo da sua vida editorial no período analisado.

<sup>14</sup> Cf. LOPES & MARTINS, 1941a; LOPES & MARTINS, 1941b.

<sup>15</sup> Cf. LOPES & MARTINS, 1941b.

<sup>16</sup> LOPES & MARTINS, 1941b: 3.

<sup>17</sup> LOPES & MARTINS, 1941b: 127-129.

<sup>18</sup> Cf. LOPES & MARTINS, 1970: 216 ss.

O outro livro escolar publicado em 1941 pela dupla Lopes-Martins, tinha o número de ordem 3 da «série A) Ensino Liceal» da mesma coleção Avelar, e destinava-se aos alunos do 7.º ano. Apesar do título, *Lições elementares de Literatura Portuguesa*, tratava-se *de facto* de um manual escolar, com uma organização interna e conteúdos em tudo idênticos ao manual para o ensino secundário-técnico. As únicas diferenças residiam na sua extensão, de 191 páginas, e na particularidade de encerrar com o capítulo intitulado «idéia muito geral das tendências actuais»<sup>19</sup>. No *Prefácio* pode ler-se, num mesmo movimento, a crítica dos autores à extensão do programa curricular, ao método de ensino expositivo subjacente a essa mesma extensão, à técnica psíquica básica de memorização exigida aos alunos (domínio da aprendizagem), à função meramente instrumental da Literatura e, em semelhante quadro pedagógico-curricular, a explicitação do escopo do manual:

*Quem tiver a seu cargo a leccionação de literatura no 7.º ano do liceu e queira crer na possibilidade de fazer um ensino útil dessa disciplina, a-pesar-de todos os tropeços e barreiras (por exemplo, um programa extenso e que não é, certamente, impecável, para dar num máximo de 80 lições); quem acreditar, convictamente, que a literatura é qualquer coisa que pode vivificar espírito, humanizar o homem, e não um luxo mnésico, deve ser muitas vezes colhido pelo desânimo, se procurar, entre nós, um manual, adaptado à missão de ajudar o aluno na reflexão crítica e que atenda a todo o condicionalismo pedagógico desta disciplina, sobretudo à falta de tempo*<sup>20</sup>.

Em agosto de 1955 foi impressa a terceira e refundida edição do *Manual elementar de Literatura portuguesa* destinado ao ensino técnico. A fusão anunciada por esta nova edição deverá ter sido induzida pela incorporação da estrutura e conteúdos do manual dedicado ao ramo liceal, por um lado, e do manual de formato académico publicado no mesmo ano por Óscar Lopes e António José Saraiva<sup>21</sup>. O manual para o ensino técnico apresentava, assim, a organização anteriormente definida para as *lições* destinadas ao ensino liceal e o aumento para as 199 páginas.

A partir do breve exercício comparativo entre os dois manuais publicados em 1941 e atento o facto de o manual para o ensino técnico ter sido adotado até, pelo menos, inícios da década de 1970, levantaram-se-nos algumas questões que aqui deixamos como pistas para ulteriores pesquisas. Considerando que a formação diferenciada oficialmente prevista para o ensino liceal (formação do *escol* escolar, para futuros quadros da administração pública, em regime de ensino pré-universitário a partir do 2.º

<sup>19</sup> Cf. LOPES & MARTINS, 1941a.

<sup>20</sup> LOPES & MARTINS, 1941a: 5.

<sup>21</sup> Cf. LOPES & SARAIVA, 1985.

ciclo de estudos — 3.º ou 4.º anos) e para o ensino técnico (formação da mão-de-obra especializada para os cargos intermédios dos domínios comercial, industrial, agrícola e da saúde) significou e implicou, à época, uma sociologia igualmente distinta dos respetivos alunos, estariam os autores a pensar em igualizar o estudo da Literatura, não estabelecendo qualquer distinção pedagógica e educativa, entre os dois ramos do ensino secundário? E, se sim, à luz de que motivação: igualização sociopolítica dos ramos? Educação qualificada em termos literários independente? Ou ambas?

E se estendermos esta reflexão, em formato de questões, talvez com parte da resposta já incorporada, à *História da Literatura Portuguesa*, publicada pela dupla Lopes-Saraiva, em 1955, então com 888 páginas, perguntamos ainda: a génese desta obra não tem uma origem e motivação igualmente educativa — a qualificação do conhecimento literário de um público mais alargado?

Voltando a 1941, importa ainda destacar que a parilha Óscar Lopes e Júlio Martins ficou encarregada, desde 1940, da «direcção literária» da «série C) Autores nacionais» da coleção Avelar como se pode ler na badana da capa do *manual elementar* para o ensino técnico<sup>22</sup>. O primeiro número desta coleção foi dedicado a *O Palmeirim de Inglaterra, de Francisco de Moraes*, e teve «argumento e selecção dos episódios mais típicos da novela, com uma notícia sobre o autor e a obra por Júlio Martins»<sup>23</sup>.

Na qualidade de professor do ensino liceal, o registo biográfico de Óscar Lopes poderá ser (telegráfica e) administrativamente condensado da seguinte forma<sup>24</sup>:

- Grupo docente: 1.º Grupo (Português, Latim e Grego);
- Ano de nascimento e naturalidade, por freguesia e concelho: 02.10.1917, Leça da Palmeira, Matosinhos;
- Estado civil e descendência: Casado, 2 filhos;
- Habilitações académicas e profissionais: Licenciado em Filologia Clássica pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com todas as cadeiras de Ciências Histórico-Filosóficas da Universidade de Coimbra. Exame de Estado para o Magistério Liceal;
- Percurso docente (por categoria profissional, escolas e anos letivos): Professor Provisório: Serviço de Exames no Liceu Passos Manuel, Lisboa, em 1940; Serviço de Exames no Liceu Rodrigues de Freitas, Porto, em 1941. Professor Auxiliar: Liceu de Vila Real de outubro de 1941 a março de 1942. Professor Efetivo: Liceu de Vila Real, de abril de 1942 a 1945/46; Liceu Alexandre Herculano, Porto, de 1946/47 a 1949/50; Liceu D. Manuel II de 1950/51 a 1 de maio de 1974;

<sup>22</sup> Cf. LOPES & MARTINS, 1941b.

<sup>23</sup> Cf. MARTINS, 1940.

<sup>24</sup> Cf. AESRF; AHME; ANTT; AFLUP; CORREIA, 2016a; CORREIA, 2016b; LOPES, 1972.

— *Cargos desempenhados: professor-orientador do jornal escolar «O Mensageiro» (1952-1955);*

— *Outras informações relevantes:*

1. Suspensão do exercício e vencimento a partir de 12.03.1955 por Despacho Ministerial de 17.03.1955. O prazo de suspensão foi sucessivamente prorrogado, por períodos de 90 dias, pelos despachos ministeriais de 09.09.1955, 09.12.1955, 05.03.1955, 04.06.1956, 30.08.1956, 04.12.1956 e 01.03.1957. Por despacho Ministerial de 24.06.1957, comunicado ao Liceu D. Manuel II, através de ofício da Inspeção do Ensino Liceal datado de 25.06.1957, foi mandado arquivar o processo disciplinar;

2. Responsável de projeto de investigação pedagógica, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, entre 1967/68 e 1971/72, no Liceu Normal D. Manuel II e na Escola Preparatória Gomes Teixeira, no Porto.

No seu primeiro ano de serviço como professor profissionalizado (1941/1942) foi convidado pela Associação Escolar do Liceu Camilo Castelo Branco, em Vila Real, para proferir uma conferência sobre Camões no dia 10 de junho de 1942. A charla do professor Óscar Lopes começou com duas frases relativamente simples mas preñhes de desafio intelectual, na linha do escrúpulo metodológico que a demonstração científica requere e exige, por um lado, e de uma pedagogia cognitivamente densa, problematizada e crítica, por outro:

*Antes mesmo de lermos Camões já sabíamos que êle é um génio; de maneira que não vou dizer que Camões é um génio: vou tentar explicar o que é um génio e porque Camões é um génio, para o que são precisas algumas divagações que parecerão até, em certos momentos, completamente alheias ao assunto. Peço portanto, antes de mais, que se esqueçam de que Camões foi um grande homem, para lhes interessarem sobretudo as razões pelas quais êle o foi; tal como peço nas aulas que se esqueçam das listas dos advérbios para aprenderem a compreendê-los<sup>25</sup>.*

Depois de tecer considerações sobre a obra poética (à luz de suportes teóricos proporcionados por Platão, entre outros) e vida de Camões, incluindo nos seus planos sentimentais e de arruaceiro (Trinca-Fortes), remata a conferência com apelos à estimulação intelectual que tamanho escritor pode proporcionar:

*Mas convém reparar que, se o Trinca-Fortes, actuou na história, foi porque o consumiu uma angústia de ver claro em si próprio, de ver claro nos problemas*

---

<sup>25</sup> LOPES, 1942: 1.

*pátrios e nos problemas humanos. O Trinca-Fortes morreu em 1580. E Camões é ainda tão vivo que nos faz pensar. O homem de gênio é o que nos faz pensar*<sup>26</sup>.

Esta sua conferência coincide com o período de adesão ao Partido Comunista Português: «Praticamente desde 42, desde a altura em que o Cunhal se tornou secretário. Eu só conheci o Cunhal muito mais tarde mas, nessa altura eu estava em Vila Real. Lá as coisas estavam um bocadinho tensas»<sup>27</sup> (da Entrevista). Esta tensão política irá tornar-se mais aguda no ano de 1945, na proximidade da formalização do Movimento de Unidade Democrática, não tendo chegado, porém, a colher Óscar Lopes:

*Por exemplo, no Liceu de Vila Real, em que eu estive, tive uma sorte medonha. Vim [embora] no ano em que lá se deram as perseguições, foram demitidos dois professores, dois ótimos professores... Eram da oposição, como eu era. [...] Eu estava cá no Porto, tive uma sorte medonha. [...] Vim, nessa altura, para o Alexandre Herculano, cujo reitor era das grandes amizades do Salazar. Eu tive várias conversas com ele. Ele procurava aliciar-me ou coisa parecida, mas eu não lhe dava grande troco. Mas não tinha má consideração por ele. No fundo não era má pessoa*<sup>28</sup>.

Este período de tensão política foi acompanhado pela publicação de alguns trabalhos que registam a sua visão pedagógica, científica e crítica em relação ao ensino do Português<sup>29</sup>. Denota uma compreensão global da condição e dos ciclos de vida e atividade intelectual dos professores liceais («nos nossos tempos da Faculdade e do Estágio, uma certa combatividade» para na «última fase profissional a resmungueira volta-se para os rapazes, que são sempre piores que dantes»<sup>30</sup>), contesta a abordagem pragmática com que os professores encaram a sua profissão («o professor prático é o que faz consistir a sua missão em preparar bem para os exames; o que não duvida dos métodos tradicionais; o que acha impraticáveis as experiências estrangeiras»<sup>31</sup>) e a conexa exaltação da *experiência* como garante do método e eficiência do ensino («A experiência é relativa aos quadros do espírito que a conduz. A experiência faz-se, é toda iniciativa condicionada, reacção complexa do indivíduo sobre o meio, e não simples acção do meio sobre o indivíduo»<sup>32</sup>). Na sua perspectiva de professor de ensino secundário, a responsabilidade profissional exige «pedagogos» com uma adequada preparação técnica e, acima de tudo e de «quaisquer modas», uma «educação

<sup>26</sup> LOPES, 1942: 18.

<sup>27</sup> Da Entrevista.

<sup>28</sup> Da Entrevista.

<sup>29</sup> Cf. LOPES, 1943.

<sup>30</sup> LOPES, 1943: 4.

<sup>31</sup> LOPES, 1943: 4.

<sup>32</sup> LOPES, 1943: 4.

humanística». A reabilitação da palavra Humanismo implica, no entanto, duas funções complementares. «Pedagògicamente porque, é pena, mas não se prescinde da sugestão, e sugestiona beneficemente ver-se consagrada por uma longa tradição a atitude de disciplina interna. Lògicamente porque o reconhecimento duma tendência para o mais humano ajuda-nos a compreender a história»<sup>33</sup>. Voltaremos mais adiante a este artigo, no quadro dos estudos em Linguística.

No prefácio que redigiu para a compilação de artigos escritos por Mário de Vasconcelos e Sá, professor liceal de Geografia, durante quarenta e cinco anos, e autor de manuais, que conheceu e com quem privou na sua passagem pelo Liceu Alexandre Herculano, Óscar Lopes demonstra o conhecimento e uma consciência clara sobre o devir das políticas de educação em Portugal, desde a República até inícios da década de 1960, e o impacto das mesmas no percurso de um professor forjado pelo ideário educacional republicano. Sobre o professor de Geografia, declarou:

*a sua grande competência, distinção e comunicativa cordealidade, um professor querido e venerado por todo o corpo docente e discente da casa, um educador que se impunha, sem qualquer espécie de férula, pela simples finura e madurez de espírito, que inculcava conhecimentos pela mera dinâmica espiritual da reflexão e da comprova*<sup>34</sup>.

Do ponto de vista do projeto político de unificação do ciclo de estudos inicial dos ramos liceal e técnico, o futuro Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, que será oficialmente decretado em 1964, Óscar Lopes reconheceu a sua necessidade e pertinência no quadro da extensão da escolaridade gratuita e obrigatória até aos doze anos e da dotação do subsistema escolar com uma formação intermédia entre o então ensino primário e o ensino secundário. Ainda tomando o caso do professor de Geografia como referência, desenvolveu uma reflexão sobre o magistério liceal que, na nossa perspectiva, parece conter uma reflexão autobiográfica, a saber:

*Depois de tantos anos de esforços, de entusiasmos e decepções, de frutos invisíveis ou imponderáveis como são os de todo o trabalho pedagógico mais sério, de incompreensões e até de injustiças, o autor deste livro tão oportuno conserva ainda um extraordinário dinamismo intelectual em matéria pedagógica*<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> LOPES, 1943: 5-6.

<sup>34</sup> LOPES, 1962: 10.

<sup>35</sup> LOPES, 1962: 9.

Este especial interesse e atenção para com Mário de Vasconcelos e Sá, professor muito dinâmico no quadro do ensino liceal feminino instituído no Porto pela República, a partir de 1914/1915<sup>36</sup>; a par de Leonardo Coimbra, professor liceal e universitário, ministro da Instrução Pública na República, fundador da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, visita da casa parental e com quem privou, enquanto criança e estudante liceal, também nas viagens da carreira 5 do elétrico, entre Matosinhos e o Porto<sup>37</sup>; e ainda de Francisco Torrinha, professor da referida Faculdade e, após a sua extinção de facto em 1932, o professor do Liceu Rodrigues de Freitas que inspirou e influenciou a sua decisão em cursar Filologia Clássica; leva-nos a considerar que Óscar Lopes deve ser inscrito numa linha de continuidade (plural) da defesa do ideário da República, enquanto referência educacional e política. Aliás, Óscar Lopes declarou-nos:

*Sou um patriota. A Portuguesa é uma coisa que me inflama, ao contrário do José Saraiva que embirrava com A Portuguesa... A bandeira. Tudo isso me entusiasma. Mas, isso não significa que diga que sim a qualquer personagem histórica, mesmo moderna*<sup>38</sup>.

No Liceu D. Manuel II, Óscar Lopes vai ser convidado, em 1952, pelo reitor António Guerreiro para coordenar o jornal escolar «O Mensageiro», publicado sob os auspícios das atividades culturais do centro escolar da Mocidade Portuguesa (MP) instalado no referido liceu. Para tanto, o reitor teve de se desfazer em diligências junto do Comissariado Nacional da MP<sup>39</sup>. Em relação ao seu estilo de professor-coordenador do jornal, declarou-nos que reuniu com os alunos-redatores (Belmiro Guimarães, Eduardo Pinho, José Augusto Seabra e Vítor Alegria) e lhes apresentou a sua visão: «Eu não proíbo nada, vocês escrevem o que quiserem, inclusivamente podem escrever coisas que acarretem a influência da PIDE e eu vou para a PIDE»<sup>40</sup>. No que tange à orientação editorial de «O Mensageiro», expôs, na entrevista publicada no número 2 do jornal, a sua interpretação do sentido formativo que a devia animar: evitar o estilo rico, a ênfase, a literatice, preferir reportagens concretas, informações incisivas à grande eloquência ou pretensão literária, falar sério e liso sem forçar a graça, fazer do jornal um eco das reais preocupações e aspirações dos estudantes<sup>41</sup>. «A minha orientação do jornal era essa, o que significa que eu dava conselhos. Havia certas coisas disparatadas,

---

<sup>36</sup> Cf. CORREIA, 2016c: 21-93.

<sup>37</sup> Cf. Entrevista; LOPES, 1996: 16.

<sup>38</sup> Da Entrevista.

<sup>39</sup> Cf. CORREIA, 2016a: 251-252.

<sup>40</sup> Da Entrevista.

<sup>41</sup> Cf. LOPES, 1952: 7.

por vezes, e algumas coisas consegui dar uma volta. Mas eram coisas que não tinham nada que ver com a política»<sup>42</sup>.

Esta experiência na imprensa escolar será por si evocada, em conferência de 1965, como exemplo de iniciativa de sucesso, dentro dos limites escolares, e demonstrativa do potencial que existia em vários setores da sociedade para a vivificação do associativismo de índole cultural. Segundo ele, o

*jornal escolar O Mensageiro, [...] inteira e livremente estudantil, que atingiu as 12 páginas ilustradas, o milhar de exemplares de tiragem, organizou uma exposição retrospectiva de história de pintura, sessões litero-musicais, fez autêntico jornalismo independente, crítica literária, cinematográfica, desportiva, etc*<sup>43</sup>.

Em 1 de outubro de 1953, Óscar Lopes proferirá a *oração de sapiência* de abertura do ano letivo do Liceu D. Manuel II. O texto desta lição será publicado em 1958 sob a designação de *As mãos e o espírito*<sup>44</sup>. Apesar de o nosso interlocutor não se lembrar do «francês» que inspirou a ideia central da lição, podemos agora afirmar que se tratava do poeta e filósofo francês Paul Valéry (através dos seus *Cahiers*), membro da Academia Francesa e oposicionista do regime colaboracionista de Vichy durante a II Guerra Mundial. Valéry constatou, numa conferência perante um congresso de cirurgia, em 1938, que não havia um tratado geral sobre a mão e que, no entanto, ela, no quadro de uma concepção construtivista da epistemologia, era elemento central na cadeia cognitiva corpo-espírito-mundo<sup>45</sup>. Nesta linha, Óscar Lopes procede a um excursão sobre o processo de hominização e a evolução da humanidade, através de sínteses de largos períodos históricos reconhecidos, identificando as diferentes épocas pelos séculos respetivos (exceto nos três casos em que assinala especificamente o ano de 1870), remata a lição, em época de corrida armamentista no quadro da Guerra Fria, com um apelo:

*seja a ciência, seja a arte; seja a imaginação, seja o progresso; seja a honra, seja o amor; sejam as crianças, sejam as rosas; seja a vida, seja o Espírito, no sentido mais autêntico, criador e digno da palavra espírito — tudo, mas absolutamente tudo, cabe hoje neste bem supremo, que é preciso salvar, a Paz, a «Paz áurea, divina», como diz Camões, no poema em que exalta a nossa coragem nacional*<sup>46</sup>.

---

<sup>42</sup> Da Entrevista.

<sup>43</sup> LOPES, 1986b: 192.

<sup>44</sup> Cf. LOPES, 1958a.

<sup>45</sup> Cf. ADELL, 2015.

<sup>46</sup> LOPES, 1958a: 43.

O facto de na sua lição ter apenas identificado um ano específico, o de 1870, e de o ter repetido por três vezes, levou-nos a indagar o conferencista se havia uma mensagem implícita que não poderia, à época, revelar publicamente. A resposta foi pronta: «Ah! Foi quando apareceram os primeiros socialistas em Portugal»<sup>47</sup>.

A detenção de Óscar Lopes, na sua habitação particular, pela PIDE, para averiguações de *crimes contra a segurança do Estado*, em 12 de março de 1955, teve por efeito a suspensão da sua atividade letiva liceal e respetiva remuneração até final do processo judicial em 12 de julho de 1957. Esta nova condição obrigou-o a procurar outros meios de sustento, como aulas particulares, reatualização de manuais escolares<sup>48</sup> e tradução de livros<sup>49</sup>, para ajudar a equilibrar o orçamento da família, a qual já contava com dois filhos menores. Depois de absolvido em Tribunal Plenário foi reintegrado no Liceu e ressarcido, retroativamente, dos salários suspensos durante 28 meses.

Óscar Lopes foi um professor considerado e respeitado pela maioria dos seus pares liceais, a começar no próprio reitor, António Guerreiro, tido como figura de proa da *Situação* dentro do Liceu. Serve isto para dizer que, apesar da denegação do convite por parte de alguns colegas (entre eles o reitor), dois deles, já reformados em 1957, aceitaram e foram suas testemunhas abonatórias em sede de julgamento. Foram eles: João Ferreira Guedes, de 72 anos, professor de Inglês, reformado em 1954, e, segundo o nosso entrevistado, «um padre despadrado»<sup>50</sup>; e Augusto César Pires de Lima, de 74 anos, professor de Português, reformado em 1952, autor de manuais e seletas escolares, ensaísta literário, que, na perspetiva de Óscar Lopes, era «um homem conservador, de direita, mas um fulano correto»<sup>51</sup>. Aliás, em artigo sobre a história do Liceu D. Manuel II, publicado em partes ao longo de diversos números de «*O Tripeiro*» de 1956 e 1957, Augusto Pires de Lima colocou Óscar Lopes na galeria dos professores notáveis que nele exerceram ou exerciam magistério<sup>52</sup>.

Este facto evidencia, na perspetiva da avaliação pelo *outro*, uma característica pessoal de Óscar Lopes: a de criar pontes, independentemente da orientação política dos seus interlocutores, a começar no contexto familiar.

*Eu sou um homem de esquerda, não sou, como é que hei de dizer, muito exigente. Eu não sou mesmo nada exigente em relação às pessoas, aos meus amigos, etc. Uma pessoa pode ser minha amiga e não ser minha correligionária. A minha mulher, por exemplo, não é minha correligionária, nunca foi, nem nunca precisamos, e sempre*

---

<sup>47</sup> Da Entrevista.

<sup>48</sup> Cf. LOPES & MARTINS, 1955.

<sup>49</sup> Cf. WELLS, 1956.

<sup>50</sup> Da Entrevista.

<sup>51</sup> Da Entrevista.

<sup>52</sup> Cf. LIMA, 1956-1957.

*nos demos bem. [...] Eu por exemplo, não tenho inimigos. Deve haver pessoas que consideram que eu sou o inimigo mas eu não reconheço isso. Reconheço dissensões, divisões, etc., etc. mas, acredito sempre na possibilidade de comunhão*<sup>53</sup>.

Após o regresso à docência liceal em 1957, Óscar Lopes experienciou a *ditadura* em formato de requinte administrativo e gestor dentro do Liceu. Isto é, se até 1955 teve serviço distribuído compatível com as suas capacidades e competências a um tempo investigativas e pedagógicas, em Português, Latim e História, por exemplo, a partir de 1957 em diante, em contexto de forte crescimento da população escolar do Liceu<sup>54</sup>, vê essas suas qualidades serem distribuídas pelos níveis escolares mais elementares do ensino liceal (cf. Quadro 1).

**Quadro 1.** Serviço docente de Óscar Lopes no Liceu D. Manuel II segundo as disciplinas, por grau escolar e número de turmas (1950-1965)

Disciplinas	Grau	Anos letivos													
		1950/51	1951/52	1952/53	1953/54	1954/55	1957/58	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63	1963/64	1964/65	
Língua e História Pátria	1º	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	
	2º	2	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-	-		
Português	3º	1	1	-	-	-	-	3	-	2	2	-	3	1	
	4º	-	-	1	-	-	-	-	2	1	2	3	-	3	
	5º	-	-	-	1	-	-	-	-	1	2	3	-		
	6º	1	-	1	-	1	-	-	1	-	-	-	-		
	7º	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-		
Latim	6º	1	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	1		
	7º	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-		
Grego	6º	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-		
	7º	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-		
História	3º	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-		
	4º	-	-	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-		
	5º	-	-	-	-	2	-	-	-	1	1	-	-		
	6º	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	7º	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: cf. Relatórios do Liceu D. Manuel II em AHME e AESRF para os anos letivos indicados

A juntar a esta situação, construída para condicionar e circunscrever a atividade letiva de Óscar Lopes, ou melhor dizendo, para o impedir de lecionar Literatura e História (especialmente da época contemporânea) aos graus escolares mais avançados, há ainda o caso de o Liceu D. Manuel II ter sido promovido à condição de liceu normal em 1957/1958<sup>55</sup>.

<sup>53</sup> Da Entrevista.

<sup>54</sup> Cf. CORREIA, 2016a: 201.

<sup>55</sup> Cf. CORREIA, 2016a: 285-327.

Nas nossas pesquisas realizadas nos arquivos da Escola Secundária Rodrigues de Freitas, do Ministério da Educação e através da entrevista à nossa fonte de história imediata, entre 1999 e 2001, nunca encontramos documento ou testemunho, no fundo, aquilo que o historiador sempre busca, a prova, que nos permitisse demonstrar a validade e substância da seguinte hipótese: se o Liceu D. Manuel II é elevado à categoria de liceu normal em 1957/58, inaugurando a formação de professores do 1.º grupo docente (Português, Latim e Grego) a partir do ano letivo subsequente e tendo no seu quadro de nomeação definitiva um dos mais proeminentes investigadores em literatura portuguesa e linguística, por que razão não foi ele convidado pelo reitor António Guerreiro para assumir, de forma óbvia, competente e legítima, as então prestigiadas funções de professor-metodólogo?

Os documentos compulsados nos referidos arquivos e a resposta de Óscar Lopes não deram prova ou testemunho desta hipótese por nós logicamente formulada. Mas a intuição, subjacente à hipótese, manteve-se viva até à pesquisa por nós operada no fundo da PIDE, guardado na Torre do Tombo. Aqui, deparámo-nos com uma lacónica informação contida numa folha de cor amarela, sem timbre, datada de 20 de outubro de 1958, parecendo tratar-se de cópia de ofício emitido para o Ministério da Educação Nacional (MEN), que nos esclareceu a hipótese/interrogação levantada, nos termos que se seguem:

*Informa-se que:*

*Foram, recentemente, nomeados, pelo Ministério da Educação Nacional, dois professores metodólogos, em Lisboa e Porto, que devem considerar-se suspeitos:*

*Dr. OSCAR LOPES — Crítico comunista, preso pela P.I.D.E. e julgado no Porto; e*

*Dr. MÁRIO DIONÍSIO — poeta e estectá [sic!] comunista, teorizante de crítica de arte comunista<sup>56</sup>.*

A julgar pelo desconhecimento de Óscar Lopes da eventual indicação do seu nome para o cargo de professor-metodólogo, somos levados a pensar que o seu nome tenha sido, legitimamente, colocado em cima da mesa em sede da reitoria do Liceu Normal e do MEN como professor com perfil adequado ao desempenho do cargo de professor-metodólogo do 1.º grupo docente. Atendendo que a solução encontrada foi a da requisição, em comissão de serviço, de Francisco da Costa Marques, professor efetivo do Liceu Normal D. João III, em Coimbra, para o cargo, logo em 1957/58 (um ano antes da entrada em vigor), e de Maria Beatriz Silvestre, professora auxiliar, a partir de 1970/71<sup>57</sup>, consideramos que se verificou uma gestão algo oportunista face

<sup>56</sup> ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo 80 CI (1.º volume), (NT 1156), Cd.ª n.º 48/58, Proc. 2313, f. 79.

<sup>57</sup> CORREIRA, 2016b.

à situação profissional de Óscar Lopes nos dois anos letivos referidos. No primeiro caso, havia pouco mais de dois meses passados sobre a data da sua reintegração no Liceu após o arquivamento do processo disciplinar (24 de junho de 1957); no segundo caso, aos 52 anos de idade, qual jovem professor intelectual, humanista e *combativo* pela causa educacional, como afirmara em 1943, Óscar Lopes encontrava-se destacado na Escola Preparatória Gomes Teixeira a implementar, sozinho, um projeto de investigação educacional com autorização ministerial e bolsa atribuída pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Esta leitura, aparentemente sofrida, que fazemos da situação de Óscar Lopes face ao mencionado cargo de professor-metodólogo seria válida se confinássemos a análise do seu trajeto de vida exclusivamente ao contexto do Liceu Normal D. Manuel II. Mais adiante, iremos relacionar este assunto com uma série de outras evidências tangíveis de outras dimensões da sua vida intelectual que nos ajudarão a matizar a perspetiva ora enunciada.

Mas 1958 não foi o único ano em que a PIDE recolheu e proporcionou informação sobre a *conformidade* de Óscar Lopes à *Situação* com o intuito de condicionar ou influenciar decisões do MEN. Em dois boletins de informação separados entre si por 28 anos a PIDE dava conta do seguinte:

— em 1941, que o «Candidato que concluiu o exame de Estado em 1941»: «É tido como simpatizante com a Situação»;

— em 15 de dezembro de 1969, tendo como destinatário a Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, que o «Candidato para o lugar de encarregado de curso da Faculdade de Letras, da Universidade do Porto (CM)»: «Não oferece garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado»<sup>58</sup>.

O episódio pidesco de 1969, de nova interferência na carreira profissional de Óscar Lopes, é revelador, a um tempo, do intrínseco reconhecimento da grande qualidade da sua obra publicada e da densidade, pluralidade e valia das realizações registadas no seu *curriculum vitae* (enquanto professor, investigador, ensaísta, divulgador, editor, crítico, jurado de prémios literários nacionais e internacionais, entre outros<sup>59</sup>) e da necessidade de afastar semelhante candidato de concursos através de expedientes administrativos ilógicos.

*Uma vez foi anulado o concurso; outras vezes obrigavam-me a apresentar um documento que estava no Ministério, e era o meu diploma de Curso. [...] Isto foi*

<sup>58</sup> ANTT — PIDE/DGS, SC, Bol. 22794 (NT 7976).

<sup>59</sup> Cf. BRITO *et al.* org., 1997: 19-35.

*em 67, 68 e 69, quando a Faculdade de Letras [da Universidade do Porto] passou a ter a Secção de Filologia Românica, com Literatura Portuguesa e Latim, que eram coisas que eu podia ensinar porque estavam dentro da minha especialidade*<sup>60</sup>.

Por ofício de 3 de maio de 1974, o Diretor-Geral do Ensino Superior informa o Reitor da Universidade do Porto que

*por despacho do Delegado da Junta de Salvação Nacional, de 2 do corrente mês, foi designado o Lic<sup>o</sup> OSCAR LUSO DE FREITAS LOPES para exercer as funções de professor do Estágio Pedagógico da Licenciatura do ramo educacional da Faculdade de Ciências e encarregado de assumir a direcção da Faculdade de Letras dessa Universidade*<sup>61</sup>.

Com esta solução de nomeação rebuscada, que contém tanto de signo do processo revolucionário em curso, como de justiça avaliativa e reconhecimento oficial dos seus méritos científicos e pedagógicos, a carreira docente de Óscar Lopes enveredou pelo nível de ensino para o qual estava configurada e preparada desde há cerca de, no mínimo, vinte anos. O visado recebeu a ordem da Junta de Salvação Nacional para se apresentar como diretor da FLUP por telegrama chegado no Dia do Trabalhador de 1974<sup>62</sup> (da Entrevista). Tinha, então, 56 anos de idade.

## OPOSICIONISTA

A PIDE não registou apenas informações relativas à ação de Óscar Lopes no domínio educativo, como acima foi reportado. Aliás, os registos de natureza educativa são diminutos no conjunto dos oito processos consultados. O principal foco de atenção da PIDE foi colocado na sua atividade pública no âmbito de: *i*) organizações autorizadas pelo regime, como o Movimento de Unidade Democrática (MUD), em 1945, a Comissão Democrática Eleitoral (CDE) do Distrito do Porto, em 1969, a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, em 1971; *ii*) como signatário de vários pedidos dirigidos ao Ministro da Presidência do Conselho de Ministros no sentido, por exemplo, de anulação do processo-crime levantado a Aquilino Ribeiro, em 1959; *iii*) no exame prévio da conformidade ideológica das suas publicações; ou ainda, *iv*) no controlo dos seus pedidos de autorização de deslocação, em missão científica, ao estrangeiro (vários ao longo da década de 60).

---

<sup>60</sup> LOPES, 1996: 27.

<sup>61</sup> Cf. AFLUP.

<sup>62</sup> Da Entrevista.

No domínio da vigilância apertada dos passos de Óscar Lopes, desde 1945, a PIDE acabou por reunir um conjunto volumoso de registos. Apoiados por documentos escritos do arquivo da PIDE, passamos a sinalizar, a traço grosso, a atividade de Óscar Lopes tida oficialmente como *subversiva e contra a segurança do Estado* português. Para tanto, vamos seguir o fio cronológico dos factos percecionados e registados pela PIDE.

O resumo elaborado pela PIDE, em março de 1962, dos processos de Óscar Lopes rezava assim:

*ÓSCAR LUSO DE FREITAS LOPES — Professor de liceu, nascido a 2/10/1917, na freguesia de Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos, filho de Armando Lopes e de Irene Celeste do Carmo Freitas Lopes.*

*Aderiu ao MUD em 1945, tendo feito parte da Comissão distrital de Vila Real; Em Novembro de 1953 subscreveu o manifesto comunista «Pela Paz entre as Nações»;*

*Em Fevereiro de 1955 subscreveu a mensagem, de inspiração comunista, dos intelectuais portugueses dirigida ao secretário-Geral das Nações Unidas, pedindo a eliminação das armas de extermínio de recurso à guerra;*

*Em 12/3/1955 foi preso pela PIDE do Porto, acusado de desenvolver actividades contra a segurança do Estado.*

*Através dos autos verificou-se que tanto ele como os demais arguidos faziam parte, como elementos activos, das organizações clandestinas denominadas «movimento de unidade democrática juvenil» (MUD juvenil) e «comissões de paz», organizações dirigidas e controladas pelo chamado «partido comunista português», pelo que os autos forma remetidos ao Juiz de Turno nos Tribunais Criminais da Comarca do Porto, à disposição de quem ficaram os arguidos (em 14/7/1955);*

*Foi restituído à liberdade em 15/7/1955, por ter prestado a caução de 20.000\$00 em cumprimento de mandado emanado do 1.º Juízo Criminal da Comarca do Porto;*

*Por acórdão de 12/6/1957, o Tribunal Plenário Criminal do Porto julgou a sua acusação improcedente e não provada, pelo que foi absolvido.*

*Em 5/10/1955 tomou parte no banquete comemorativo de «5 de Outubro», realizado no Café Palladium, no Porto, durante o qual discursou;*

*Foi um dos signatários da exposição dirigida a Sua Ex.ª o Ministro da Presidência, em Abril de 1959, em que pediam para ser arquivado o processo-crime instaurado ao escritor AQUILINO RIBEIRO, por afirmações contidas no seu livro «Quando os Lobos Uivam», consideradas injuriosas ou ofensivas à Magistratura Portuguesa;*

*Desde 1959 que tem desempenhado preponderante papel na Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, como dirigente de todo o seu movimento cultural e orientador dos colóquios literários ali realizados, a muitos dos quais tem presidido e procedido à abertura das respectivas sessões. A actividade desta*

*Associação é altamente perniciosa posi [sic!] que, sempre que possível, ainda que veladamente, ataca o Estado e os seus dirigentes. Nos colóquios já referidos têm sido analisadas obras de vários escritores, de uma maneira geral adversários do Estado, alguns deles já estando presos por actividades subversivas, do que ressalta a intenção evidente, por parte do Dr. OSCAR LOPES, de popularizar alguns escritores, mesmo medíocres, que se notabilizaram pelas suas ideias contrárias ao actual regime político. Todavia, ultimamente, o Dr. OSCAR LOPES tem-se mostrado mais cuidadoso, não permitindo que os colóquios resvalam para o campo político;*

*É autor de um pequeno manual elementar de literatura portuguesa, intitulado «História da Literatura em Portugal», de nítida tendência marxista, embora habilidosamente apresentada;*

*Trata-se, portanto, de indivíduo que tem andado ligado a elementos comunistas e que tem desenvolvido actividades da mesma natureza<sup>63</sup>.*

A atividade política desenvolvida entre 1962 e 1973 poderá ser reconstituída a partir de inúmeros registos elaborados pela PIDE. A reconstituição possível na economia deste trabalho dos factos reportados pelos agentes desta polícia, é a seguinte:

— dezembro de 1962, evento literário em Vila do Conde. Teve lugar «no salão do Clube Fluvial Vilacondense, um colóquio sobre a poesia de Fernando Pessoa, o qual era orientado pelo Dr. Óscar Lopes. Na mesa da presidência, tomou também lugar o presidente da direcção do Clube, Vítor Manuel Torres Pedra, funcionário da Caixa Geral de Depósitos daquela vila e irmão do recluso nesta Delegação, em cumprimento de pena, Manuel Torres Alves Pedra. Dados os antecedentes do orientador do colóquio e as condições especiais do presidente do Clube e da mesa, admitia-se que pudesse haver qualquer tentativa de desvirtuamento do tema, o que porém se não verificou, pois o conferente se limitou à apreciação da obra de Fernando Pessoa sob diversos aspectos», Relatório do sub-director do Porto ao Director PIDE, de 02.01.1963 (f. 25)<sup>64</sup>.

— 17.06.1963, detenção pela delegação do Porto para «averiguações de crimes contra a segurança do Estado», juntamente com Alberto Augusto Martins da Silva Andrade (profissional de seguros), Jorge Manuel Le Goullon Constante Pereira (estudante – ligado à International Amnesty), Luís de Seixas Ferreira Alves (delegado de vendas da Olivetti), Bernardino dos Santos Ferreira (sapateiro), Fernando José Pinto Seixas (estudante) e Alberto da Silva Proença (alfaiate). Todos recolheram às «prisões privativas» da Delegação. «Por não se terem confirmado as suspeitas que

<sup>63</sup> ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo 80 CI (1.º volume), (NT 1156), ff. 19-20.

<sup>64</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo 80 CI (1.º volume), (NT 1156).

*contra eles existia de actividades contra a segurança do Estado [...] foram restituídos à liberdade os nacionais arguidos». Óscar Lopes foi libertado no dia 20.06.1963<sup>65</sup>.*

— 01.08.1964, informação retirada do «Diário de Notícias» de 31.07.1964: «seguem hoje para o Brasil», via Rio de Janeiro, para conferências sobre o romance português contemporâneo, promovidas pela Embaixada de Portugal e pela Fundação Calouste Gulbenkian, em diversas universidades, Óscar Lopes, João Gaspar Simões, Joel Serrão e Luís Forjaz Trigueiros.

— 28.04.1965, Lisboa, episódio dentro de avião da TAP: apesar da autorização prévia passada pela PIDE, «nesta data, pelas 15.00 horas, foi impedida a saída para Madrid, num avião da TAP, de harmonia com o determinado na O.S. n.º 218/64», de 05.08.1964, disposição que interditava Óscar Lopes de sair de Portugal (cf. f. 189). Em requerimento de 29.04.1965, manuscrito, em papel selado de 5\$00, Óscar Lopes informava que a sua viagem se destinava a participar na reunião, a realizar em Saint-Raphael, França, como «membro do Júri do Prix International de Littérature, instituído por prestigiosas editoras de treze países ocidentais e anualmente atribuído. O júri é composto por algumas dezenas de escritores de cerca de vinte nacionalidades, e o signatário já no ano transacto participou das suas sessões, que então se realizaram na Áustria» (f. 188)<sup>66</sup>.

— 01.02.1967, foi um dos signatários do abaixo-assinado dirigido ao Presidente da República «contra o que considera «actos de arbitrária violência a coberto de pretextos inaceitáveis» que atingem o teatrólogo e romancista Luis de Sttau Monteiro que se encontra detido na cadeia de Caxias»<sup>67</sup>.

— 31.01.1969, Comemoração do 31 de Janeiro, Porto, Pensão Chic, com a presença de cerca de 200 pessoas. Usaram da palavra: Mário Brochado Coelho, Armando Bacelar, Óscar Lopes, Lino Lima, Mário Sacramento, António Ribeiro da Siva, Virgínia Mora, Alexandre Ferreira Barros, Zeferino Antas Coelho e Joaquim Rocha Felgueiras (Rel. Confidencial, Del. Porto, Semana 26.01. a 01.02.1969, f. 139).

— 16.05.1969, II Congresso Republicano, com múltiplos oradores sobre diferentes temas: Justiça e Polícia (Francisco Salgado Zenha), comparação entre a República e Estado Novo (Raul de Castro), Socialismo e Ensino (Rogério Fernandes), Habitação (Eduardo Ribeiro), Indústria Têxtil (José Rabaça), Democracia e Agricultura (Flávio Martins), Previdência Social (Alberto Pedrosa), Teatro (Luís Francisco Rebelo), Economia e Sociedade (Armando de Castro), Tecnoocracia (Vitorino Magalhães Godinho), Um conceito de Liberdade (Urbano Tavares Rodrigues), Processo Político (Armando Bacelar), Constituição de 1933 (Mário Soares), Escritores e Censura (Óscar Lopes, Egito Gonçalves e Marta Cristina Araújo), Liberdade (Mário Sottomayor

<sup>65</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo PC 822/63 (NT 5514).

<sup>66</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo 80 CI (2.º volume), (NT 1156).

<sup>67</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, SC, E/GT [Gabinete Técnico], Proc. 6391, (UI 1532).

Cardia) — relatório do Inspetor-Adjunto, de 18.05.1969, que agregou diferentes relatórios do chefe de brigada.

— 22.05.1970, notícia de jornal «A Capital»: conferência-debate na Escola Preparatória Gomes Teixeira, no Porto<sup>68</sup>.

— janeiro de 1970: subscritor do pedido de libertação dos presos políticos dirigido à Presidência do Conselho de Ministros. Como anotação ao documento, a PIDE refere que não há presos políticos em Portugal: «ou são de emigração clandestina, ou estão ligados a «movimentos terroristas»” ou são «membros destacados das organizações subversivas» (Informação de 23-2-1970), cf. f. 11<sup>69</sup>.

— 01.07.1971, correspondência aberta e reproduzida: Convite do «Consul da Almenaha [sic!] e a Senhora von Schmeling-Diringshofen para um jantar, na Quarta-Feira, dia 13.10.71, pelas 20.30 horas na Rua do Padrão, 219 – 4º, Foz Porto («Smoking») / O Consul da Almenaha [sic!] (von Schmeling) reenvia Convite do Departamento de Imprensa e Informação do Governo da RFA para visitar a RFA e solicita CV e a data mais adequada à viagem»<sup>70</sup>.

— 11.08.1972, pedido de averbamento no seu passaporte e autorização para visitar a Polónia, República Democrática Alemã e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (f. 5). Foi «indeferida a sua pretensão para ir à Cortina de Ferro (Polónia, Alemanha Oriental e União Soviética)» a 22.08.1972. Novo requerimento, de 24.08.1972, anexando «xerocópia» da carta da União das Associações Soviéticas para a Amizade e as Relações Culturais com os Países Estrangeiros (remetida ao seu cuidado para a Editorial Inova, Porto, Portugal), na qual é confirmado o pagamento da viagem Paris-Moscovo-Paris (tendo de se dirigir ao Consulado local) e da estada na URSS. No requerimento alega que não teve qualquer informação acerca das razões do indeferimento, que desejava «evitar uma situação a vários títulos inconvenientes» e que tinha projetado chegar ao consulado a 03.09.1972 (período de férias escolares, ainda). O objetivo da viagem era de natureza científica: «especial empenho em um encontro com especialistas soviéticos de linguística matemática e respectivas aplicações didáticas, assunto que actualmente trabalha como bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian e em regime de experiência pedagógica que reputa da maior importância». Solicitava ainda que fossem consideradas «as vantagens de um contacto de natureza científica acima de quaisquer fronteiras políticas ou ideológicas, autorizando a viagem requerida, a tempo de ela se poder realizar» (f. 2). O resultado desta exposição escrita foi diferente das outras múltiplas

<sup>68</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo 80 CI (2.º volume), (NT 1156).

<sup>69</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, SC, E/GT [Gabinete Técnico], Proc. 6391, (UI 1532).

<sup>70</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo 80 CI (2.º volume), (NT 1156).

*exposições apresentadas anteriormente para efeitos idênticos, a saber: autorizado o averbamento (a 28.08.1972)*<sup>71</sup>.

— 05.10.1972, comemorações do 5 de Outubro, pela Comissão Democrática Eleitoral (CDE) do distrito do Porto no restaurante Cantinho, em Grijó Compareceram cerca de 200 pessoas. «Presidiu o Dr. Óscar Lopes, secretariado pelo Dr. Mário Sottomayor Cardia e coadjuvado por três elementos da Comissão Democrática de Aveiro, dois de Braga e dois de Leiria» (*Delegação do Porto, Relatório semanal n.º 39/72-S.C., de 1 a 7 de Outubro de 1972*), f. 41.

— 01.02.1973 e 08.03.1973, nas páginas do «Diário de Lisboa»: polémica com José Augusto Seabra, seu antigo aluno e um dos redatores do jornal escolar «O Mensageiro» no Liceu D. Manuel II (cf. p. 4 e 9)<sup>72</sup>.

— 9.03.1973, nas páginas do jornal República, artigo sobre Escolas Soviéticas - 2 - Escola Decenal Obrigatória (cf. p. 3 e 11)<sup>73</sup>.

Óscar Lopes apresentou-se como candidato, pelas listas da CDE do distrito do Porto, às eleições legislativas de 28 de outubro de 1973<sup>74</sup>. O principal foco da campanha foi centrado sobre o fim da *guerra colonial* em África e, à semelhança de várias petições anteriores, a libertação dos presos políticos. Ao contrário da campanha de 1969, só os candidatos pelas listas das organizações concorrentes é que podiam discursar na campanha eleitoral, aberta no dia 30 de setembro de 1973. O partido do governo, a então Ação Nacional Popular (ANP), foi o único que se apresentou a disputar, em todas as circunscrições eleitorais, os 150 lugares da Assembleia Nacional. A campanha decorreu na forma já experimentada em eleições anteriores: manifestos difundidos pelos círculos oposicionistas (corporizados pela CDE e pela Comissão Eleitoral de Unidade Democrática — CEUD) que concorriam às urnas; notas trocadas entre a ANP e a oposição, sendo as desta muitas vezes cortadas pela censura, total ou parcialmente, sobretudo quando se abordavam temáticas de política ultramarina; cartazes, vinhetas, comícios, sessões de esclarecimento, entrevistas e artigos na imprensa dos concorrentes oposicionistas ou de figuras de relevo, os quais também eram visados e escrutinados pela censura e, no caso das sessões ou comícios, por vezes, suspensos pelas autoridades policiais<sup>75</sup>. O resultado foi o habitual, a ANP venceu em todos os círculos eleitorais. Faltavam ainda cerca de cinco meses para chegar o mês de abril.

A 20 de abril de 1974 foi prestada uma homenagem a Óscar Lopes por cerca de 50 pessoas que estiveram presentes num restaurante da Aguda, concelho de Vila

<sup>71</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, SC, Proc. 3239/70 SR (NT 3829).

<sup>72</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo 80 CI (2.º volume), (NT 1156).

<sup>73</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, SC, E/GT [Gabinete Técnico], Proc. 6391, (UI 1532).

<sup>74</sup> Cf. LEMOS, 2012: 316.

<sup>75</sup> LEMOS, 2012: 298-304.

Nova de Gaia. Na tarja estendida na parede, atrás da cadeira do homenageado, podia ler-se: «Não desisto das dimensões da minha cidadania aqui e agora»<sup>76</sup>. Quando por nós foi indagado sobre esta homenagem tal não lhe acudiu de imediato à memória. Mas, breves instantes depois, desfiou alguns dados relevantes, a saber:

*Eu não sabia que a Revolução estava para já, mas havia lá pessoas que sabiam. A homenagem foi-me feita porque eu, no dia 31 de janeiro imediatamente anterior, tinha feito umas declarações no Cinema..., no Rivoli, bastante contundentes em que eu estudei muito bem a linguagem, mas os pides e os especialistas da oposição percebiam perfeitamente que aquilo era anticolonialista, antifascista [...]. Como sabe, a PIDE foi assaltada; foi tomada, grande parte, de assalto no dia 26 de abril de 1974. [...] O que eu posso dizer disto, em primeiro lugar... em primeiro lugar, isto foi convocado e realizado como se fosse de homenagem a mim mas, no fundo, era um comício. Falava-se de muitas coisas aqui e além... Eu próprio propus que se votasse pelo regresso imediato do Mário Soares e do Álvaro Cunhal. [...] Portanto, aquilo foi, no fundo, um comício; comício muito frenético, muito quente. Mal sabiam muitas pessoas o que dali ia sair. Eu sei que entre os papéis queimados na PIDE, no dia 26 de abril de 74, havia um que se referia a esta homenagem e que dizia: «Ainda não se tinha bebido o caldo e já havia pessoas a pedirem o regresso do Álvaro Cunhal e do Mário». Quem propôs fui eu, aliás, segui a ordem inversa, propus primeiro o Mário Soares e depois o Álvaro, porque percebi que a maior parte das pessoas que estavam eram socialistas e não queria destoar»<sup>77</sup>.*

Neste apartado sobre o perfil de oposicionista de Óscar Lopes, torna-se ainda pertinente incluir a análise um pouco mais circunstanciada dos processos das duas detenções para *averiguações de crimes contra a segurança do Estado*.

A detenção de 1955 é despoletada por ter constado, no quadro da detenção de um estudante em Lisboa, que Óscar Lopes pertencia ao «partido comunista português». A detenção é, assim, integrada e inscrita num fluxo de prisões que são feitas a partir de 25 de janeiro de 1955, no qual se incluíram, entre outros, António Agostinho Neto, Alcino Soutinho (estagiário de arquiteto), Vítor Alegria (candidato a operador dos CTT — Correios, Telégrafos e Telefones) e José Augusto Seabra (estudante da Universidade de Coimbra), todos detidos entre 9 e 12 de fevereiro de 1955. Os dois últimos nomes, lembremos, foram estudantes e redatores de *O Mensageiro* no Liceu D. Manuel II.

<sup>76</sup> Cf. AA.VV., 1996: 71-73.

<sup>77</sup> Da Entrevista.

À data da detenção de Óscar Lopes, o processo contava já com 38 arguidos<sup>78</sup>, vindo a atingir o número final de acusações contra 52 pessoas.

Sigamos a experiência de prisão preventiva segundo as palavras do próprio Óscar Lopes.

*Fui preso durante aqueles cinco [quatro] meses e tal e completamente isolado dos outros. Creio que fui o único que estive nessas condições. Puseram-me num quarto cá em baixo, sem luz, sem luz direta. Eu fiz um livro para ganhar dinheiro...<sup>79</sup> Tinha que aproximar a folhinha onde escrevia, assim para ver, para escrever e para ler o que escrevia. [...] Completamente isolado, não tive contacto, enquanto preso e antes do julgamento, não tive contacto com mais nenhum coarguido. Eles estavam agrupados em grupos de cinco ou seis ou sete ou oito ou nove, ou qualquer coisa assim... Às vezes eram uma espécie de salas com uma data de pessoas. Eu nem sequer as conhecia. De muitas pessoas só soube lá dentro. Espreitava... O sítio onde estava tinha uma janela fosca e eu consegui fazer um buraco e por aquele buraco via as pessoas que passavam. E foi assim que consegui saber de algumas pessoas que lá estavam. A certa altura, apercebi-me que realmente eram muitas pessoas. [...] Interrogado fui muitas vezes. O que devo é ter chateado muito aquelas pessoas porque respondia sempre: «sou fulano de tal, idade, tudo o que queiram... não tenho qualquer declaração de ordem política a fazer. A minha ação... aquilo de que sou acusado não significa qualquer posição política». E daqui não saía. [...] De resto, acabei por sair [em liberdade]. Com umas dores de cabeça terríveis. Passei a usar óculos. Esta coisa de ler e escrever junto de uma lâmpada pequena deu-me cabo da vista<sup>80</sup>.*

Na busca passada em casa de Óscar Lopes a 13 de julho de 1955, dois dias antes da sua libertação, a PIDE reportou o seguinte:

*diversos documentos de propaganda subversiva, nomeadamente um editado pela «organização regional do norte do partido comunista português». Perguntado sobre as suas actividades políticas, recusou-se a responder. Da acusação que lhe é imputada consta o seguinte: Fazer parte duma chamada «comissão de paz» e como tal, ter tomado parte em diversas reuniões para ampliação dessa «comissão», recolha*

<sup>78</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo PC 47/55 (NT 5110), 1.º volume – Processo n.º Inicial 5-955 do Porto/da Directoria 47-55-S. Inv. Ano de 1955.

<sup>79</sup> Face à lista de publicações de Óscar Lopes em 1955 e 1956, julgamos tratar-se da atualização da terceira edição do *Manual elementar de Literatura Portuguesa*, coautorado com Júlio Martins (cf. LOPES & MARTINS, 1941b; LOPES & MARTINS, 1945; LOPES & MARTINS, 1951; LOPES & MARTINS, 1955; LOPES & MARTINS, 1970).

<sup>80</sup> Da Entrevista.

*de fundos e distribuição de tarefas a cada um dos seus membros. Numa dessas reuniões foi sugerido que o arguido se deslocasse a Lisboa para assistir às reuniões periódicas da «comissão nacional de paz» como delegado da comissão do Porto. Passou a contribuir para fundos da «comissão de paz» com 20\$00 mensais. Recebeu no decorrer dessas mesmas reuniões várias quantias em dinheiro, provenientes da venda de postais alusivos à «paz». Elaborou um texto dum documento, para ser tirado copiôgrafa por intermédio do co-arguido David Fernandes da Cunha, sobre as aspirações dos «partidários da paz» e da prisão do Alberto da Silva Proença. O arguido manteve contactos com um individuo desconhecido, «funcionário do partido comunista português» que lhe foi apresentado pelo José Emílio Mendes da Silva Moreira. Reuniu numa casa arranjada na Póvoa de Varzim, várias vezes, em conjunto com o Moreira, rodeando essas deslocações à Póvoa, com todos os cuidados estabelecidos pelas directrizes do «partido comunista português»<sup>81</sup>.*

Com uma acusação sem provas concludentes, Óscar Lopes foi levado a tribunal, no âmbito de um processo coletivo, e saiu absolvido. O processo coletivo contou com um total de 52 arguidos e o julgamento «durou mais de meio ano, pois começou a 10 de Dezembro de 1956 e teve a sua última audiência em 12 de Junho de 1957»<sup>82</sup>, «por vezes com três sessões diárias, de manhã, à tarde e à noite»<sup>83</sup>. Entretanto, os arguidos foram alvo de apoio político através de panfleto clandestino (cf. Fig. 1) que circulou por alturas do julgamento no Tribunal Plenário do Porto.



Fig. 1. Panfleto de circulação clandestina em 1956 e 1957 dando notícia do julgamento coletivo de 52 arguidos no Tribunal Plenário do Porto

Fonte: «O Jornal», ano V, n.º 231, de 28 de setembro de 1979, p. 29

Nota: Óscar Lopes é o primeiro a contar da direita na fila central

<sup>81</sup> ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo PC 47/55 (NT 5110), 1.º volume, Cad. 10846, (UT 3445).

<sup>82</sup> MACEDO, 1979: 28.

<sup>83</sup> COELHO, 2007: 10.

A finalidade deste processo de acusação teve por motivo, segundo as palavras de Óscar Lopes,

*um grande movimento do MUD, o MUD juvenil [...]. O governo quis várias vezes atalhar esse movimento proibindo isto, proibindo aquilo e aqueloutro, mas não conseguia dar cabo... E a certa altura, foi precisamente no [momento] em que fomos presos, em 55, resolveu cortar a cabeça a uma porção de coisas. Foi o último momento do regime, digamos, de grande gana interna do governo de Salazar. Isso falhou-lhe. Porque as pessoas não acompanhavam, mesmo ministros; devia haver muita indecisão interna. Os homens que foram presos, as tais 52 pessoas, eu não os conhecia, quase nenhum, porque eram de muitas coisas diferentes<sup>84</sup>.*

Segundo António Macedo, advogado que defendeu Agostinho Neto, Óscar Lopes foi arrolado num processo conjunto, com arguidos, na sua maioria, com menos de 30 anos de idade e oriundos de diferentes proveniências geográficas (Porto, Lisboa e Coimbra). Foi preso e julgado como *cabecilha* da Comissão para a Paz (juntamente com Silas Cerqueira, 25 anos, estudante da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Orlando Juvenal, 41 anos, advogado da cidade do Porto), comissão esta que, no entender da polícia política, era subversiva e «ramificação» do então clandestino Partido Comunista. Os demais réus do processo foram acusados por pertencerem à comissão central do MUD Juvenil, «organização dissolvida e perseguida pela polícia de Salazar, sob a acusação (constante do libelo) de ser [...] uma ramificação do P.C.»<sup>85</sup>.

Desconhecemos se Aquilino Ribeiro se inspirou neste julgamento no Tribunal Plenário do Porto para redigir algumas passagens de *Quando os lobos uivam*, obra originalmente publicada em 1958, passagens essas que foram a causa do processo-crime que lhe foi movido em 1959. No entanto, não resistimos, para concluir com um toque literário a análise da fase de angústia e privação da vida de Óscar Lopes entre março de 1955 e junho de 1957, a citar uma dessas passagens.

*Acudiu com vénia do Presidente o representante do Ministério Público a justificar a acumulação processual. E, como era de esperar, saiu-se com as razões costumadas, já clássicas, próprias do saber discricionário, o pressupor em qualquer levantamento das populações, qualificado em direito de «desobediência colectiva», o dedo de agitadores comunistas. Lá admitir que nas massas pudessem fermentar princípios de revolta, sponte sua, ao sentirem-se lesadas nos interesses ou contrariadas,*

<sup>84</sup> Da Entrevista.

<sup>85</sup> MACEDO, 1979: 28.

*não queria admitir e negava-se a compreender. Tudo era obra das organizações clandestinas, apostadas a perturbar a lida paz do Eldorado de fartura e amor*<sup>86</sup>.

No que tange à segunda e última detenção pela PIDE, durante quatro dias em junho de 1963, sigamos a descrição incisiva e desapegada feita pelo próprio detido:

*Foi em 63 quando inauguraram a ponte da Arrábida, salvo erro. Quer dizer, é uma coisa estúpida, o governo entendeu que devia intimidar os portuenses e prendeu, sem qualquer razão, aí umas seis ou sete pessoas, quase todas elas morreram já, entre os quais eu. Eu não liguei nada a isso. Continuei na mesma, continuei isolado, não me colocaram juntamente com os outros. Os próprios pides tinham vergonha daquilo, não sabiam o que é que haviam de perguntar*<sup>87</sup>.

Se não estivéssemos perante mais um episódio de humilhação injustificada, poderíamos, através da leitura e análise dos autos de busca e apreensão (efetuadas na sua habitação particular no dia 17) e de perguntas, juntar ainda, ao desaparego, a perplexidade, em alguns aspetos a roçar alguma comicidade.

No auto da busca e apreensão foram reportados, entre outros: transcrições das sessões de 23 e 26 de junho de 1956 do Gabinete do Conselho Mundial da Paz; «um postal com a efígie e uma mulher com uma espada na mão» do manifesto do diretório do Partido Republicano de 11 de janeiro de 1891; uma carta enviada de Bissau por seis militares; um panfleto coimbrão intitulado *Aos estudantes* com data de 9 de junho de 1962; «uma relação de diversas individualidades» portuguesas; «um rectângulo de papel branco, dactilografado, com o título *Reunião Magna da Academia do Porto*»; um texto, destinado aos estudantes universitários, assinado pela «Comissão de Consciencialização do Porto»; o livro *Asamblea Mundial de la Paz*, de 22 de junho de 1955; uma folha com o «Texto do Apelo do Secretário das Nações Unidas»; e duas folhas de papel «com o título *O Movimento de Paz em Portugal*»<sup>88</sup>.

No auto de perguntas do dia 17 podem ler-se as questões colocadas pelos agentes da PIDE e as respostas dadas por Óscar Lopes: se já esteve preso (sim, julgado e absolvido); se cumpriu «os seus deveres militares» («ficou isento»); que atividades «vem exercendo contra o actual regime político» (nenhumas); onde esteve no «último domingo» (em casa «a fazer um trabalho literário, que foi à noite pôr no Correio»); que pessoas amigas «o visitaram no aludido dia dezasseis» (não respondeu «por razões suas de escrúpulo moral», ao mesmo tempo que garantia «não ter tido quaisquer contactos

<sup>86</sup> RIBEIRO, 2014: 267.

<sup>87</sup> Da Entrevista.

<sup>88</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, Del. Porto, PC, Processo 207/63 (NT 3189), Pasta 1, ff. 4-5-6f/v-8 f/v.

com propósitos ilegais»). No dia 20 foi novamente sujeito a interrogatório, agora sobre os documentos apreendidos na busca domiciliária, realizada no dia 17, e respondeu:

*os textos dactilografados são efectivamente da sua autoria e se relacionam quer com a origem, quer com a condução da defesa no processo em que foi julgado no Tribunal Plenário do Porto; quanto aos impressos subscritos por organismos do movimento mundial da Paz, procurou obtê-los através de advogados de defesa e dos co-arguidos a fim de melhor poder defender-se perante o Tribunal; quanto ao postal não se recorda ao certo se o recebeu pelo correio ou lhe foi oferecido em qualquer das campanhas eleitorais<sup>89</sup>.*

Perante esta factualidade, reportada pelos documentos consultados, temos de concordar com a análise desapassionada acima feita por Óscar Lopes. E a ponte da Arrábida lá se inaugurou, no 24 de junho de 1963.

Por entre os cerca de quatrocentos artigos de crítica literária que Óscar Lopes publicou, entre 1951 e 1967, nas páginas de «O Comércio do Porto»<sup>90</sup>, queremos aqui destacar aquele que foi publicado na edição do jornal de 14 de junho de 1955. Como nesta data Óscar Lopes se encontrava detido nos calabouços da delegação da PIDE no Porto há mais de três meses, presumimos que deva ter escrito o artigo sentado na cadeira colocada em cima da mesa para aproveitar ao máximo a luz muito fraca derramada pelo candeeiro de teto da sua cela. O artigo, intitulado *O tempo na obra literária*, foi incluído na compilação editada em *Modo de ler: Crítica e interpretação literária*<sup>91</sup>. O autor abriu o artigo dizendo que

*uma obra de arte impõe-se-nos sempre como constituindo uma unidade orgânica — como um conjunto onde palpitam conflitos, onde se chocam linhas de força, mas tudo fazendo um certo sentido global, que em parte podemos compreender, analisar, em parte nos limitamos a sentir ou consentir<sup>92</sup>.*

Mais adiante, reconheceu que «cada pessoa, cada geração, cada grupo mais ou menos coeso de homens tem a sua noção própria do tempo-lei das coisas, e tem por isso a sua medida própria de esperanças, de resignações, de frustrações conscientes e inconscientes»<sup>93</sup>. É curioso, e até tocante, verificar que Óscar Lopes, do ponto de vista intelectual, não estava sozinho na cela pois povoou a mente, o artigo, talvez a

<sup>89</sup> Cf. ANTT — PIDE/DGS, SC, E/GT [Gabinete Técnico], Proc. 6391, (UI 1532).

<sup>90</sup> Cf. LIMA & MARTELO, 1997: 261.

<sup>91</sup> Cf. LOPES, 1969b: 54-57.

<sup>92</sup> LOPES, 1969b: 54.

<sup>93</sup> LOPES, 1969b: 55.

cela, com referências a um friso de autores canônicos da literatura ocidental: Luís de Camões, Henri Bergson, Rainer Maria Rilke, Fernando Pessoa, Marcel Proust, James Joyce, William Faulkner e Thomas Mann. Perante esta situação, concordamos com Fernanda Irene Fonseca quando ela constata que «a escrita é o lugar da verdade, e os textos de Óscar Lopes anulam sozinhos» os conflitos de superfície, no caso vertente, da vida prática de um oposicionista do regime salazarista e membro de um partido político obrigado a resistir e a operar na clandestinidade.

Sob este prisma, do oposicionista político, é que devemos abordar a significação do remate do artigo:

*Ponhamos melhor o problema: a arte opera sempre, ainda que não pareça, uma reconciliação com as suas frustrações, opera sempre uma transfiguração heroica, uma mudança do sinal menos no sinal mais que não vale menos para a hominização superior do que as conquistas que obtemos sobre o ritmo ou lei das coisas; mas não é exorcizando impotentemente os ritmos irreversíveis do mundo, não é reduzindo a mudança que «faz» ao ritmo daquela que dantes «soía», não é opondo ao tempo a duração íntima como sua mera inversão metafísica — não é só assim que nos transfiguramos em toda a nossa plenitude possível. E isso talvez explique a necessidade normal de outras categorias mais informes de arte — incluindo a arte quotidiana de simplesmente viver, decifrar as entrelinhas do jornal, falar ao vizinho de casa, ver cair a chuva e ter um programa, ou mais que um, de vida<sup>94</sup>.*

## INTELECTUAL

O escritor romeno Matéi Visniec afirma, logo a abrir *O negociante de inícios de romance*, que:

*A primeira frase de um romance tem de conter a energia do grito inconsciente que provoca uma avalanche... Tem de ser a faísca libertadora de uma reação em cadeia... Por essa razão, a primeira frase nunca é inocente. Ela contém em si, germinativa, toda a história, a trama na sua integralidade<sup>95</sup>.*

No estudo que fizemos sobre a obra publicada de Óscar Lopes no período em análise constatámos que, para além das publicações escolares acima analisadas, as suas linhas de investigação maiores foram corporizadas e gravadas nos seus primeiros trabalhos, publicados entre 1943 e 1946. Considerando o fulgor e rigor desses trabalhos, consideramos que, em meados da década de 40, já estava investido, do ponto de

<sup>94</sup> LOPES, 1969b: 57.

<sup>95</sup> VISNIEC, 2015: 13.

vista filosófico, teórico, metodológico, empírico e praxeológico, de um conjunto de conhecimentos, problemáticas, capacidades e interesses de pesquisa que irá sendo confirmado, aprofundado, complexificado e reconhecido ao longo da sua carreira, mesmo em tempo de detenção pela PIDE, de subalternização em termos profissionais em sede do Liceu D. Manuel II ou da tentativa de condicionamento da sua visibilidade em termos internacionais (sobretudo, ao longo da década de 60).

Assim, recorreremos ao escritor romeno para, metaforicamente, ilustrar a vitalidade, poder, significação e qualidade da sua obra intelectual encerra, desenvolvida na condição de professor de ensino liceal ou, por outras palavras, sem carreira académica e enquadramento científico compatíveis. Será a partir desses trabalhos de meados da década de 1940 que passamos a analisar as duas áreas de trabalho, Literatura e Linguística, que marcam o labor e identificação científica de Óscar Lopes, complementando-as com as traduções de monografias de História e o papel desempenhado na divulgação cultural.

## LINGUÍSTICA

«O que vou ler tem uma intenção geral pouco especulativa; liga-se a assuntos escolares; falo como professor do ensino secundário»<sup>96</sup>. Assim abre o trabalho intitulado *Equívocos do velho humanismo* onde, com o auxílio de um enquadramento histórico-cultural e teórico, Óscar Lopes foca a problemática do ensino da linguagem, mais propriamente a sua dimensão morfológica. Não obstante a sua juventude, declara taxativamente o seguinte: «Ouso afirmar que não está cientificamente estudada a morfologia das línguas indo-europeias»<sup>97</sup>. Sinaliza, igualmente, o viés que tem levado a esta sua constatação:

*Os gramáticos modernos, repetindo o êrro, a atitude incrítica dos romanos, ainda hoje pretendem encontrar em qualquer língua as categorias morfológicas que os ontologistas viram no Grego; como se, admitindo que houvesse substantivos gregos, barateando assim o sentido da palavra [...]. Ora substantivar, em linguística, significa, rigorosamente, encarar uma idéia como susceptível de variar em género, número, adjectivação, determinação possessiva, local, etc. Portanto, o substantivo grego é função das variáveis singular-dual-plural, feminino-masculino-neutro, etc; varia quando variam os valores destas oposições. Acontece que os valores destas oposições não são os mesmos em grego, em latim, em português, em inglês. Portanto, a única interpretação verdadeiramente fecunda da gramática é a funcional*<sup>98</sup>.

<sup>96</sup> LOPES, 1943: 3.

<sup>97</sup> LOPES, 1943: 8.

<sup>98</sup> LOPES, 1943: 10.

Destaca a necessidade de se atender à gênese e evolução da frase, o seu particular estudo sob os aspectos morfológicos e sintáticos e a abordagem da linguagem como um sistema complexo e relacional:

*A linguagem é um domínio de formas, de fenómenos interpretáveis independentemente dos fenómenos físicos, dos fenómenos fisiológicos, dos fenómenos psicológicos. Há em toda a frase uma ordem, um nexos complicado que se pode estudar abstraindo de condições de outra ordem, de outro sistema. Uma frase, de simples mímica, uma simples frase é um sistema de relações que implica outras frases, outros sistemas prévios da mesma natureza. Qualquer linguagem, mesmo a musical, constitui um tipo de experiência, uma intervenção constante de ideias feitas em ideias a fazerem-se, de ligações numa ligação actual<sup>99</sup>.*

Óscar Lopes fixa, assim, em artigo publicado em 1943, a gênese (escolar) da problemática (assim como as linhas teórico-metodológicas orientadoras) de investigação que vai, a espaços, desenvolvendo na área de conhecimento em Linguística<sup>100</sup>, de modo pioneiro e interdisciplinar, até ao seu trabalho mais reconhecido e de maior fôlego, publicado em 1971, a *Gramática simbólica do português*<sup>101</sup>.

No artigo *Preliminares duma Gramática*, publicado em revista dirigida por José Hermano Saraiva, que ocupará o cargo de Ministro da Educação Nacional à época do início dos trabalhos de intervenção e investigação que conduziram à referida *gramática simbólica*, Óscar Lopes continuará a explorar o veio dos estudos linguísticos sempre a partir do seu ponto de (observador-participante e) professor de Português. Explicita que o seu propósito é reagir contra os pré-juízos epistemológicos e pedagógicos inscritos no terreno escolar:

*O nosso entendimento do que seja a linguagem está tão sugestionado pelos hábitos da análise gramatical escolar que, para rasgar caminhos de mais alcance neste assunto, convém abordá-lo de um lado menos batido. É preciso evitar a falsa clareza das ideias feitas<sup>102</sup>.*

Confirma a sua concepção sistémica (inspirada em parte pela referência a Ferdinand Saussure), densificada por uma estrutura formal e metodológica, como abordagem matricial do estudo científico da linguagem:

---

<sup>99</sup> LOPES, 1943: 12-13.

<sup>100</sup> Cf. LOPES, 1944; LOPES, 1950; LOPES, 1958b; LOPES, 1970; LOPES, 1971a.

<sup>101</sup> Cf. LOPES, 1972.

<sup>102</sup> LOPES, 1944: 12.

*A linguagem vai, pois, interessar-nos neste trabalho como um conjunto ordenado de fenómenos, isto é, como um domínio de relações. Se nos preocupássemos com as coisas a que as palavras dizem respeito, e não apenas com as palavras, praticaríamos o mesmo erro de método de um químico que, em vez de estudar as reacções do cloreto de sódio, andasse a inquirir da utilidade do sal na cozinha. [...] Não interessam, lingüísticamente as condições em que uma certa frase é pronunciada, sejam psicológicas, fisiológicas ou sociais. Dada a frase, abstraindo de tudo o mais (até mesmo de ser uma ou várias pessoas que a dizem), o linguista procura o que não varia, o que é constante, a ordem mais íntima dessa frase<sup>103</sup>.*

E, fundamentando na história das línguas fonéticas ocidentais e seu desdobramento e aplicação nas áreas do conhecimento científico-natural, evidencia a necessidade do recurso à ideação e representação gráfica no ensino da linguagem:

*Anteriormente a escrita fôra constituída por sinais que representavam, não os sons, mas o desenho esquemático que constituía uma idéia; o chinês moderno é, ainda, ideográfico; as fórmulas científicas modernas voltam a ser ideográficas, sendo curioso assinalar que a cultura ocidental atingiu primeiro a ideografia científica mercê da maior simplicidade e poder de vulgarização da escrita fonética. Tão necessária é a cooperação social<sup>104</sup>!*

No período pós-II Guerra Mundial, Óscar Lopes vai aprofundar a sua concepção de estudos linguísticos à luz de, mais uma vez, *novo humanismo* à escala mundial, fundado em estudos científicos e respeitador da especificidade dos povos e das línguas que falam. Assim, em artigo publicado em 1950, com uma expressão marcadamente marxista, constata que

*permanece o facto de que a civilização burguesa se tem exprimido sobretudo em idiomas áricos. Quando a história se fizer com espírito mais científico, quando o campo de análise e previsão científica em história disser respeito a mais do que às linhas gerais do desenvolvimento económico e social, então é possível que à evolução linguística (correlacionada com a das estruturas sociais, a da aparelhagem técnica a das ideologias, etc.) seja dada uma grande importância.*

---

<sup>103</sup> LOPES, 1944: 13.

<sup>104</sup> LOPES, 1944: 13.

História esta que tenderá a ser «mais exact» se articular «a estrutura morfológica das línguas com a estrutura técnica e social dos povos que as falam»<sup>105</sup>.

Perante a torre de Babel que esta perspectiva *humanista* comporta, Óscar Lopes defende e mete ombros à empreitada e

*oportunidade de criar um humanismo, mas um humanismo autêntico, e não a generalização, como paradigma do «humano», dos gostos especiais e da abstracta moral que uma fracção geográfica da humanidade apurou. Isto põe um labirinto de problemas*<sup>106</sup>.

Para tanto convoca a necessidade de metodizar o ensino da linguagem com recurso a ferramentas lógicas, claras e unívocas que podem ser encontradas no campo disciplinar da matemática:

*O desenvolvimento da matemática, correlativo do das técnicas, e os primeiros esboços de lingüística histórica e comparativa abriram, já no século XIX, caminho para uma radical transformação da análise lingüística. Hoje, o desenvolvimento de certos ramos da matemática, como o cálculo proposicional, a teoria das estruturas, a topologia, deveria ter já reagido sobre a maneira como se estuda uma língua (nativa ou estrangeira)*<sup>107</sup>.

Essa metodização do ensino da linguagem é guiada, no contexto socio-histórico acima referido, igualmente por um imperativo epistemológico, técnico, pedagógico e cultural, a saber: a gramática do humanismo tradicional desfigura também e gravemente, os próprios idiomas para que foi criada;

*enche-nos a memória com classificações, subclassificações infindáveis, e não se apoia em nenhum sistema de símbolos que não sejam os da pontuação e da ortografia. Eis o mais claro indício de que o seu esforço se detem na simples construção de uma carapaça metafísica em torno de um trecho, uma carapaça que defende o texto escolar contra uma autêntica análise (por isso é que o texto escusa de ter qualquer interesse e pode até ser desmiolado de todo, como dos nossos «clássicos» fradescos do século XVIII); uma carapaça toda feitinha para nos fazer render ao texto em vez de o esventrar, de dissecar as relações fundamentais da sua estrutura ideológica. O diálogo entre o texto e o seu leitor estaca breve, com a análise gramatical corrente;*

<sup>105</sup> LOPES, 1950: 1-2.

<sup>106</sup> LOPES, 1950: 2.

<sup>107</sup> LOPES, 1950: 3.

*não passa de superficial reconhecimento de substâncias, qualidades, acções ou estados, em concordância aparente*<sup>108</sup>.

Para a construção de novo artigo, publicado em 1958, sobre o estudo das relações lógico-gramaticais em contexto escolar, Óscar Lopes volta a explicitar a pertinência da sua formação académica em Filologia Clássica (Latim e Grego), os temas de conferências e artigos apresentados desde os seus tempos de professor-estagiário (1939-1941), a sua experiência docente enquanto professor de Português, a observação da *praxis* de outros colegas no ensino do Português, os estudos de psicologia baseados em perspetivas biológicas e lógico-formais do pensamento (que, por exemplo, na *Gramática Simbólica do Português*, de 1971, vão aportar, entre outras, nas teorias cognitivistas de Merleau-Ponty, Wallon e Piaget) e as modernas metodologias para o ensino da Matemática. As teses do artigo publicado em 1958 são claras, válidas e fecundas do ponto de vista, a um tempo, epistemológico e educativo, a saber (o sublinhado é nosso):

1) — *A análise gramatical corrente (morfológica e sintáctica) é insuficientemente adequada a um estudo científico moderno das relações lógico-gramaticais; estruturada originariamente para o grego literário clássico e em conexão com uma determinada fase (a fase helénica) da história do pensamento científico, adaptada ao Latim clássico e, desde o Renascimento, às línguas indo-europeias (incluindo o Grego clássico), subordinando-os inconscientemente (e o mal reside sobretudo nessa inconsciência) a certos postulados metafísicos;*

2) — *A lógica simbólica moderna, com todas as suas variantes operacionais (cálculo das relações, das classes, das proposições, das modalidades) oferece os únicos métodos verdadeiramente científicos para estruturar a gramática histórica, a gramática comparativa, a gramática prática;*

3) — *A substituição criteriosa da análise gramatical corrente por alguns métodos elementares de análise logística teria consideráveis vantagens pedagógicas, contribuindo, quer para um aprendizado mais eficaz e fácil da língua materna, quer para uma comparação prática mais adequada e plástica entre variações de expressão morfo-sintáctica que se observam de idioma para idioma, quer para uma autêntica coordenação entre a didáctica linguística e a didáctica matemática*<sup>109</sup>.

Advertia o autor que, apesar da fecundidade que reconhecia a estas suas teses, importava que a investigação fosse contínua, reticular e partilhada entre investigadores e especialistas de filologia, da lógica algébrica e da metodologia pedagógica a fim de

<sup>108</sup> LOPES, 1950: 3-4.

<sup>109</sup> LOPES, 1958b: 69-70.

«erguer estes problemas acima do nível de amadorismo de que não me é possível sair»<sup>110</sup>. Perante esta formulação, pouco comum na sua escrita, perguntamo-nos, se este artigo constituiu uma tangível declaração científica com um duplo propósito de: *i*) explícita e cientificamente, marcar a sua identidade diferenciada como investigador no quadro dos estudos linguísticos; e *ii*) implicitamente, afirmar publicamente os seus conhecimentos, capacidades e produções como forma de, pessoal e moralmente, ultrapassar a situação de professor efetivo que foi subalternizado, por motivos extraprofissionais, no quadro do Liceu Nacional D. Manuel II, que acabara de ser elevado à exclusiva categoria de liceu normal em 1957.

Neste quadro, concordamos com Fátima Oliveira quando afirma que a faceta de linguista

*está de acordo com a sua personalidade. Afinal, foi uma forma de resistir à proibição de ensinar Literatura, e para resistir é preciso recomeçar vezes sem fim. Mas a Linguística é também para Óscar Lopes uma das formas de tentar encontrar respostas às muitas perguntas que se faz sobre o homem e sobre a vida. A busca de sentido e o sentido que a vida faz*<sup>111</sup>.

«De qualquer modo», esclarece-nos Óscar Lopes, anos mais tarde:

*aproveito para declarar mais uma vez que não perfilho nem a estética, nem a filosofia, nem a política da ambiguidade. Por muita confusa e indecisa que seja a nossa experiência humana, palavras como eu e nós carregam toda a experiência de uma complexa história unificada de assimilação ou acomodação, e palavras como aqui e agora ligam-se à evidência dos enquadramentos, dentro dos quais se nos impõe fazer qualquer coisa, aqui e agora entre um passado que está ainda presente sob a forma de resultados e representações, e um futuro evidenciado por um presente de expectativas a ponderar, ou de alternativas a escolher. Um texto é, assim, uma condensação da experiência social activa. Todavia ler ou escrever um texto denso é passar por uma vivência de profunda solidão, porque o texto poético, fictivo, ou radicalmente meditativo, suspende o dispositivo quotidiano da comunicação*<sup>112</sup>.

A investigação conducente à monografia *Gramática simbólica do português (um estudo)* foi desenvolvida em contexto escolar. Começou a ser ensaiada por Óscar Lopes, com o apoio de uma bolsa de investigação atribuída pelo Centro de Investigação Pedagógica da Fundação Calouste Gulbenkian, na turma A do primeiro ano do Liceu

<sup>110</sup> LOPES, 1958b: 70.

<sup>111</sup> OLIVEIRA, 2005: 32.

<sup>112</sup> LOPES, 1986a: 22-23.

Normal D. Manuel II (em 1967/1968 e 1968/69), tendo por foco a disciplina de História e Língua Pátria<sup>113</sup>.

Com a efetiva entrada em vigor do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário a partir de 1968/69, a pesquisa será também alargada a duas turmas deste novel ciclo de estudos (que funde a base dos ramos liceal e técnico do ensino secundário e que passa a constituir, desde 1964, o topo da escolaridade obrigatória) da Escola Preparatória Gomes Teixeira, à Praça da Galiza, no Porto, até 1971/72. O professor-investigador, com a finalidade de realizar «experiências de coordenação das disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática»<sup>114</sup>, antecipa-se e participa, deste modo, no processo que, mais tarde, o Ministro da Educação Nacional José Veiga Simão apodará de *democratização da educação*<sup>115</sup>. Para tanto, fundamenta a pertinência da sua pesquisa no diálogo profícuo entre a investigação científica e a intervenção pedagógica.

Do ponto de vista científico, afirma que o

*mero aprendizado da fala dota uma criança com a mais complexa instrumentação simbólica até hoje criada. Portanto o uso de diagramas e símbolos matemáticos não vem instaurar o pensamento simbólico: vem despegá-lo do espírito das crianças, na altura em que já é oportuno que elas vejam as palavras, as frases, os textos, como coisas de uma até então despercebida categoria: coisas com que, mentalmente, se agarram as outras coisas mais óbvias*<sup>116</sup>.

No que concerne à dimensão pedagógica, defende que «para melhor consciência de um texto oral ou escrito» o professor pode seguir, do ponto de vista metodológico, os «trâmites de uma lógica essencial que hoje se apreende em termos de topologia, cálculo de conjuntos e de relações»<sup>117</sup> como alternativa à *praxis* de um ensino assente num, volta a lembrar, «luxo mnésico de classificações inoperantes (ou pior: nocivas)», feito de «hábitos secularmente inveterados que causam grandes prejuízos e que só um esforço colectivo poderá erradicar»<sup>118</sup>. Neste quadro, e atento o facto de se tratar de uma experiência-piloto orientada para a qualificação e eficiência do ensino da linguagem num ciclo de estudos que, por força da expansão da escolaridade obrigatória, vai sofrer um afluxo massivo de alunos com uma «preparação cultural inferior à da antiga frequência do Primeiro Ciclo liceal ou técnico»<sup>119</sup>, acaba por traçar as linhas maiores da atividade do professor numa aula de língua nos seguintes termos:

<sup>113</sup> Cf. LOPES, 1970; LOPES, 1971a.

<sup>114</sup> LOPES, 1972: VII.

<sup>115</sup> Cf. CORREIA, 1998: 84-85.

<sup>116</sup> LOPES, 1972: 1.

<sup>117</sup> LOPES, 1972: 3.

<sup>118</sup> LOPES, 1970: 13.

<sup>119</sup> LOPES, 1970: 139.

*O papel de um professor consiste fundamentalmente em reduzir toda a experiência cultural humana a uma série ordenada de dificuldades crescentes que exercitem e, quanto antes, conduzam o aluno aos problemas do nosso (e, de preferência, e quanto possível) do seu tempo. Já a nível pré-primário se põem as crianças a pensar e a brincar com diagramas topológicos, conjuntistas ou relacionais, antes que elas saibam teoricamente que o fazem. O fazer precede o saber, que surge depois na fase em que já é indispensável saber para fazer melhor. Ao nível do actual Ciclo Preparatório está-se precisamente no início de tal fase<sup>120</sup>.*

Com este lastro de labor e inovação científico-pedagógica seria de prever que a comunicação intitulada *Perspectivas de uma gramática simbólica*, que Óscar Lopes, integrado na comitiva do Liceu Normal D. Manuel II, apresentou ao VI Congresso do Ensino Liceal, realizado em Aveiro, em abril de 1971, fosse aguardada com expectativa e, talvez, tenha estado na origem do rápido esgotamento de *stock* da monografia da *Gramática simbólica do Português*, logo após o seu lançamento, em junho seguinte, obrigando, por isso, a uma segunda edição corrigida em 1972.

O professor-investigador de linguagem que, por razão de oposição ao regime, nunca ocupou o cargo de professor-metodólogo do 1.º grupo docente liceal no seu Liceu de referência, viu, deste modo, as suas competências profissionais reconhecidas e retribuídas pelos seus pares, apesar da cerrada vigilância que lhe era movida pela PIDE.

## LITERATURA

*Na sua tendência característica para enquadrar toda a vida nacional em determinantes políticas, Teófilo Braga datou da Convenção de Gramido (1847) uma literatura ultra-romântica sentimentalista, desolada, egocêntrica que reagiria ao regime de força dos Cabrais, e depois à administração corruptora da primeira Regeneração de 51, refugiando-se no devaneio dos lakistas e de Millevoye, no egotismo descabelado de René, Werther, Obermann, Antony, Lelia, Manfredo, nas molezas da poesia de alcova — Folhas Caídas, 1853 —; mas nem a cronologia do chamado Ultra-Romantismo se mostra subsequente à sufocação da Patuleia, visto que a Noite do castelo é editada em 1836, Os Dois Renegados representam-se em 39 e o Trovador sai em 44; nem se obriga um nexos perfeito entre o factor político e o facto literário; nem, sobretudo, se aponta um nítido carácter distintivo da geração seguinte à de Garrett e Herculano que não seja o da quase total mediocridade<sup>121</sup>.*

---

<sup>120</sup> LOPES, 1972: 3.

<sup>121</sup> LOPES, 1946: 5.

Esta é a frase inicial do ensaio literário, sobre *Realistas e Parnasianos*, que Óscar Lopes deu a lume em 1946. Se considerarmos a dimensão escolar dos manuais publicados em 1941 e do texto da palestra realizada no Liceu de Vila Real em 1942, acima analisados, poderemos datar de 1946 o seu primeiro trabalho de maior fôlego na área dos estudos literários. A escala, foco, método e ritmo da análise foram claramente estabelecidos em 1946 e vão demarcar os futuros trabalhos do autor:

*Em vez de estabelecer vagas correspondências entre o estado mental e o estado político do País; em vez de meramente encaminhar as investigações ao reconhecimento de repercussões nacionais da cultura estrangeira, que de resto só têm revelado um alto índice de refrigência portuguesa diante das influências europeias, julgamos preferível partir da consideração da problemática (quer dizer: da cultura) portuguesa como um todo e estudar a nossa vida literária relativamente às condições básicas na nossa vida total<sup>122</sup>.*

Apesar de centrado sobre o estudo da literatura nacional de Novecentos, Óscar Lopes não deixou de, através de uma escrita fluida, preenhe de dinâmica própria de um discurso oral, estabelecer, em termos de análise, comparação e interpretação histórica, filosófica e estilística, os nexos dos diversos autores e obras abordados (Garrett, Herculano, Soares dos Passos, João de Lemos, João de Deus, Bulhão Pato, Alexandre da Conceição, Castilho, Lopes de Mendonça, Camilo, Arnaldo Gama, Mendes Leal, Junqueiro, Tomaz Ribeiro, João Penha, Eça, Ramalho, Teófilo, Oliveira Martins, Antero, entre outros) com as influências estrangeiras, mormente francesas e alemãs (Hugo, Lamartine, Dumas, Bury, Vera, Quinet, Michelet, Proudhon, Renan, Baudelaire, Heine, Nerval, Schiller, Byron, Sue, Sand, Poe, etc.). Desenvolve, por isso, um método de análise literária apelativo, de densa urdidura teórica e empírica, e focado na dimensão societal da criação artística. Numa perspetiva mais larga, poderemos afirmar que este é o primeiro texto do processo de contribuição de Óscar Lopes para o perpétuo movimento de corporização do cânone literário nacional (feito de acumulação/filiação ontológica, confrontação, tensão, estranheza, ousadia, vida e novidade<sup>123</sup>). Por exemplo, quando se refere à influência do «eu lírico» de Alphonse de Lamartine (1790-1869) entre os autores portugueses, afirma que

*o subjectivo é, não uma «substância», mas o resíduo de espontaneidade melhorada do já definido, e não se sabe conter numa sóbria vibração; desloca e utiliza essa vibração, colhida numa paisagem, num caso vivido, como pretexto de rapto*

<sup>122</sup> LOPES, 1946: 6.

<sup>123</sup> Cf. BLOOM, 2013: 20-37.

*auto-contemplativo, amoroso e, em última instância, religioso, servido por certa musicalidade verbal sempre insinuante*<sup>124</sup>.

Mas haveremos de voltar ao assunto do cânone literário mais adiante.

Em 1948 é publicado o texto da conferência proferida no Clube dos Fenianos Portuenses, no quadro da comemoração do centenário do nascimento de Oliveira Martins, em 14 de maio de 1945. Neste texto Óscar Lopes demonstra a sua capacidade de produzir pontes (entre conteúdos político-sociais e científicos, por exemplo), como se pode comprovar na seguinte passagem:

*Antero de Quental, hegeliano, fortifica em Ol. M. o senso das antinomias; vencer efectivamente os problemas morais e sociais seria encontrar e realizar a síntese sempre difícil de teses e antíteses que cumpria igualmente respeitar, como a Liberdade e Autoridade, a Teoria pura e a Prática impura*<sup>125</sup>.

Afirma ainda que

*Antero de Quental e Ol. M. ao tempo da Teoria do Socialismo (1872), tinham aportado ao anarquismo de Proudhon, última fase do liberalismo consequente, forma extrema daquilo a que se chama o atomismo sociológico, pois reduz a sociedade a um conjunto fluido de átomos individuais. A história explicava-se, assim, como uma libertação progressiva da consciência individual, sede definitiva da Razão, da Beleza e do Bem*<sup>126</sup>.

É neste encontro com os primeiros socialistas portugueses em tempo de monarquia liberal que Óscar Lopes fundou, do ponto de vista argumentativo e semiótico, muitas das suas intervenções públicas em lições de sapiência escolares, sindicatos<sup>127</sup> e até, como veremos mais adiante, em comícios públicos<sup>128</sup>.

Aliás, se atentarmos nos autores referidos no ensaio de 1946 e na conferência publicada em 1948, vários deles, como, por exemplo, Lamartine, Proudhon, Eça, Oliveira Martins e Ramalho, cruzam a produção literária (prosa e/ou poesia) e filosófica com atividade política e institucional.

---

<sup>124</sup> LOPES, 1946: 9.

<sup>125</sup> LOPES, 1948: 25.

<sup>126</sup> LOPES, 1948: 27.

<sup>127</sup> LOPES, 1958a.

<sup>128</sup> Cf. LOPES *et al.*, 1969.

À data da primeira detenção de Óscar Lopes pela PIDE a monografia sobre a *História da Literatura Portuguesa*<sup>129</sup> «já estava pronta» e o António José «Saraiva estava emigrado em Paris»<sup>130</sup>. A estrutura desta obra comunga das características de um manual científico. Daí se conseguir compreender as treze edições (com atualizações regulares) que vai conhecer durante o período em análise, por um lado, e a sua continuação e enriquecimento, como obra viva que é, tal como a literatura que estuda, até aos nossos dias pela mão de outras investigadoras investidas que foram pelos autores originais (Isabel Pires de Lima e Leonor Curado Neves<sup>131</sup>), por outro.

O propósito desta obra volumosa, densa, construída por dois historiadores, é registado explicitamente em sede do seu *Prefácio* (original), a saber:

*A história literária portuguesa tem sido nos últimos decénios objecto de trabalhos de investigação que, em certos casos, alteram profundamente alguns dos seus domínios.*

*Acontece, porém, que se não tem, correlativamente, actualizado a teoria da nossa história literária. O último grande esforço interpretativo realizado neste campo continua a ser o de Teófilo Braga, integrado na orientação geral da historiografia romântica; e, embora a monumental síntese que ele construiu seja muito esquecida ou colocada em segundo plano, depois das rectificações devidas, entre outros, a Fidelino Figueiredo, a verdade é que nenhuma outra veio substituí-la.*

*Tendo em vista estas duas circunstâncias, os autores do presente volume esforçaram-se por colocar ao alcance dos estudantes, dos estudiosos e do público em geral as aquisições mais recentes da investigação erudita, mas procurando apresentar os dados da nossa história literária num encadeamento inteligível de acordo com as tendências actuais da teoria da literatura e da história geral das sociedades e da cultura*<sup>132</sup>.

Tendo sido concebida como um manual científico, os autores tiveram ainda o cuidado de construir uma *Introdução Geral* constituída por dois subcapítulos. O primeiro, de reflexões preliminares, é organizado em torno dos conceitos operatórios de literatura, obra literária, crítica e história literária, por um lado, e pela relação entre literatura, cultura e nacionalidade, por outro. O segundo subcapítulo refere-se às origens e evolução da língua portuguesa: desde a sua raiz latina até ao papel desempenhado por gramáticos, dicionaristas e escritores, passando pelas linguísticas românica, hispânica

---

<sup>129</sup> Cf. LOPES & SARAIVA, 1985.

<sup>130</sup> Da Entrevista.

<sup>131</sup> Cf. LOPES *et al.*, 2000.

<sup>132</sup> LOPES *et al.*, 2000: 5.

e galaico-portuguesa<sup>133</sup>. Os autores tiveram, assim, o cuidado de fornecer as chaves de decifração metodológica dos conteúdos insertos na sua obra. Acresce ainda referir que, para além destes aspetos, os autores também se interessaram em promover uma reflexão, a um tempo, integrada e emancipadora do fenómeno literário:

*não podemos deixar de reflectir sobre conceitos fundamentais como os da literatura e obra literária, e sobre as relações existentes entre a crítica e a história do gosto literário, entre a literatura e a língua, entre a história da literatura e a história geral e nacional*<sup>134</sup>.

A importância que esta monografia granjeou, ao longo de sucessivas reedições e atualizações, no panorama das publicações sobre a história da literatura nacional fazem dela uma peça fundamental na fixação do cânone literário português.

Na economia do presente estudo torna-se impossível abarcar os trabalhos de história, ensaio e crítica literária publicados por Óscar Lopes até 1974, pelo que passaremos, doravante, a convocar algumas das suas obras sempre que as mesmas concorrem para a compreensão mais fina dos assuntos que se seguem.

Como já referimos anteriormente, as cerca de quatro centenas de artigos publicados na coluna *A Crítica do Livro* do suplemento *Cultura e Arte* do jornal diário portuense «O Comércio do Porto», representa uma outra faceta singular de Óscar Lopes. Isto é, o historiador também lê, reconhece e avalia a literatura que se produz no seu tempo. Se se juntar a este facto a sua preparação em Filologia Clássica, os estudos em Linguística e a prática de ensino liceal, temos então um ecletismo cognitivo de qualidade invulgar, associado a uma grande capacidade de trabalho, reunidos numa mesma pessoa. Interessa-nos com isto sinalizar que algumas das peças publicadas na coluna de crítica literária foram reunidas em monografias de autoria do próprio, como os dezanove artigos em *Modo de ler. Crítica e interpretação literária*<sup>135</sup>, ou os treze artigos reunidos nos volumes 1 e 3 de *Estrada Larga*, organizados por Costa Barreto<sup>136</sup>.

O ofício de articulista, parametrizado pelo espaço a ele especificamente dedicado na página do jornal (ou, como hoje se diz, em tempos de aplicações microinformáticas de processamento de texto, pelo número de caracteres), obriga a um outro tipo de exercício de análise e de escrita. Segundo Óscar Lopes, «a disciplina do articulismo tanto convida à superficialidade, ao brilharete ou ao truísmo, como estimula um enérgico espírito de síntese, de jerarquização de ideias, de autêntica e sempre difícil perspectivação mental», isto pelo lado da confeção. Já pelo lado do significado societal

<sup>133</sup> LOPES *et al.*, 2000: 7-31.

<sup>134</sup> LOPES *et al.*, 2000: 7.

<sup>135</sup> Cf. LOPES, 1969b.

<sup>136</sup> BARRETO *org.*, 1958-1963.

da sua coluna de crítica literária, lamenta que não exista nos jornais nacionais o «efectivo *jornalismo da cultura*», facto que, coligado com a decisão editorial de autonomizar a vida artística e literária em cadernos específicos dos jornais, acaba por alimentar e «manter uma nossa obsessão, já tradicional, que consiste em subestimar o aspecto humanista dos problemas científicos, técnicos e pedagógicos que numa boa cultura fazem corpo com os problemas estéticos»<sup>137</sup>.

Neste pequeno excerto, Óscar Lopes explicita as linhas que melhor definem o perfil que aqui dele estamos tentando esboçar: preocupação e escrúpulo teórico-metodológico, clareza de pensamento, capacidade de síntese (interdisciplinar, com a história, música, matemática, filosofia) e abordagem, a um tempo, computacional e humanista de problemas científicos, técnicos, pedagógicos, estéticos, sociais, culturais, ideológicos e políticos, entre outros.

A partir da análise comparada (ainda que em fase sincrética) entre os vários trabalhos, a produção de Óscar Lopes no que tange a assuntos linguísticos denota um comportamento comunicacional, linguagem e mobilização de dispositivos teóricos, metodológicos e técnicos algo distintos da sua atividade de historiador e ensaísta literário. Porém, as suas capacidades e competências de investigador mantêm-se intactas em ambas as áreas pois denota: uma formação competente e comprometida com um programa de estudos próprio (e, por vezes, como se lamenta em *Gramática simbólica do Português*, muito solitário<sup>138</sup>); elevado reconhecimento em cada um das suas áreas de especialização; gera e acrescenta novo conhecimento, num processo cumulativo e contínuo, ao conhecimento já construído por outros; respeita protocolos e padrões de evidência e argumentação reconhecidos pela comunidade científica; capacidade de pesquisa constante, a nível empírico e conceptual, conducente ao aprofundamento do(s) campo(s) de conhecimento; prestação pública de contas dos resultados e sua divulgação pela(s) comunidade(s) científica(s) de referência para efeitos de utilização por terceiros.

A caracterização do perfil do investigador Óscar Lopes foi bem delineada por Fernanda Irene Fonseca, a saber:

*Linguista rigoroso e apaixonado e, ao mesmo tempo, profundo conhecedor dos textos literários com que (con)viveu toda uma vida, Óscar Lopes nunca quis assumir explicitamente a conjugação dessas duas paixões que em si coexistem, a da Linguística e a da Literatura. [...] Num plano mais profundo — o da sua escrita — Linguística e Literatura são inseparáveis e convivem intensamente. A escrita é o lugar da verdade, e os textos de Óscar Lopes anulam sozinhos esse conflito de*

<sup>137</sup> LOPES *et al.*, 1959: 14.

<sup>138</sup> Cf. LOPES, 1972.

*superfície. Conflito que excedem excedendo-se e indo situar-se no lugar teórico em que Linguística e Literatura se fundem num só saber: o saber totalizador acerca da linguagem e da criação poética que é o único saber possível acerca do Homem e do seu misterioso poder sobre o Real*<sup>139</sup>.

## TRADUÇÃO

Óscar Lopes foi responsável pela tradução e notas, a partir do original em língua francesa, da monografia de Paul Hazard, intitulada *A crise da consciência europeia (1650-1715)*, publicada em 1948 na coleção *Marcha da Humanidade* (dirigida por Vitorino Magalhães Godinho) das Edições Cosmos<sup>140</sup>. Sobre o labor do historiador (da cultura, da literatura, da linguagem), aqui investido da função de tradutor, podemos assinalar o escrupulo e a pedagogia vertidos em várias notas de rodapé em ordem à clarificação do sentido do texto, das expressões ou das palavras no original francês e das dificuldades sentidas do ponto de vista técnico-linguístico e/ou cultural. Nesta publicação portuguesa do trabalho de Paul Hazard temos ainda a reportar, como marca da inquietude e vitalidade intelectual na defesa de um *novo humanismo*, a existência de uma peça assinada por Óscar Lopes: o *Posfácio do Tradutor*. Voltaremos a este posfácio mais adiante<sup>141</sup>.

Um segundo trabalho de revisão linguística, a partir da tradução realizada pelo brasileiro Anísio Teixeira dos três volumes de *A História Universal* de Herbert Georges Wells<sup>142</sup>, foi realizado por Óscar Lopes durante o período de suspensão da atividade letiva e de vencimento. A mesma inquietude já anteriormente sinalizada é relevada nas cinco páginas da *Introdução*, nas notas esclarecedoras e numa peça exclusiva da tradução portuguesa que foi a construção de uma *Tábua cronológica e cartas do tempo*, expendida ao longo das 30 páginas finais do terceiro volume. O *Prefácio* de Óscar Lopes constitui uma peça de detida análise do trajeto biobibliográfico de Wells (1866-1946) e de fina argúcia para a compreensão de como um professor inglês de Ciências, sem preparação historiográfica prévia, decidiu, no contexto do rescaldo da I Grande Guerra e do questionamento sobre o processo de reconstrução social e da paz internacional, reorientar a sua carreira literária no sentido de aprofundar, através de fascículos publicados a partir de 1918-1919, a síntese da história da humanidade. Nota Óscar Lopes que a obra literária de Wells (em particular: *A máquina do tempo*, 1895; *O homem invisível*, 1897; *A guerra dos mundos*, 1898; *Os primeiros homens na Lua*, 1901) contribuiu para a afirmação na Grã-Bretanha do

<sup>139</sup> FONSECA, 1996: 108.

<sup>140</sup> Cf. HAZARD, 1971.

<sup>141</sup> Cf. LOPES, 1971b: 345-348.

<sup>142</sup> Cf. WELLS, 1956.

*ideal de um humanismo científico em oposição àquele humanismo clássico das camadas dirigentes britânicas que tem tido os alicerces implantados nos métodos educativos das Public Schools. Se durante vários séculos se digladiaram na Grã-Bretanha uma cultura aristocrática de tradição greco-latina e uma cultura burguesa, puritana, de tradição bíblica, Wells é um representante de um novo tipo de cultura, correspondente às profundas modificações que a industrialização capitalista trouxe à sociedade britânica, e estreitamente relacionada com o desenvolvimento do movimento trabalhista e com a doutrinação socialista da Fabian Society, à qual Wells esteve um tempo ligado, tal como Bernard Shaw<sup>143</sup>.*

Nesta passagem, Óscar Lopes, que à época do labor de revisão do livro de Wells se encontrava a aguardar julgamento como arguido, consegue sintetizar o seu programa de vida como: crítico e ensaísta literário; historiador da cultura e da literatura; investigador na área de conhecimento em Linguística; professor genuinamente interessado em aliar a dimensão gnosiológica (como ele preferia nomear, em vez de epistemológica) com o múnus do magistério secundário-liceal; cidadão cosmopolita orientado para a construção da paz universal (aliás, a sua afiliação em movimentos para a paz foi a acusação/argumento mais imediata/o da PIDE para a sua detenção em 1955 e em 1963); e cidadão com pensamento político bem fundado. Continuava o prefaciador:

*como Wells diz, a orientação política de um homem não passa da sua ideia do passado posta em acção, e era necessário despertar a consciência de toda a gente, no sentido de se evitarem futuras hecatombes, agravadas pelo desenvolvimento da técnica e pela intensificação dos conflitos sociais e económicos ainda latentes sob a máscara dos incidentes políticos mais superficiais<sup>144</sup>.*

Óscar Lopes não se limitou a rever a tradução, a anotar e prefaciá-la edição portuguesa. Na contracapa de qualquer um dos três volumes pode ler-se que a coleção foi «completada por uma tábua cronológica elaborada expressamente pelo Dr. Óscar Lopes». A cronologia construída por Óscar Lopes começa em 800 a.C (fundação de Cartago), passa pela morte de Camões (1580), pelos nascimentos de J. S. Bach e Haendel (1685), pela Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (1776), pela tomada da Bastilha (1789), terminando com a referência que, em 1955, «manifestações populares impedem a adesão da Jordânia ao Pacto de Bagdá (19/12)»<sup>145</sup>.

<sup>143</sup> LOPES, 1956: 6.

<sup>144</sup> LOPES, 1956: 7.

<sup>145</sup> Cf. WELLS, 1956: III, 368-398.

## DIVULGAÇÃO CULTURAL

A atividade de divulgação cultural abraçada por Óscar Lopes na cidade do Porto, entre os finais das décadas de 1950 e de 1960, através da organização de colóquios e conferências, é um dado importante no seu trajeto de vida. Estas iniciativas visavam, explicitamente, segundo o seu promotor, preencher um vazio e um fosso: a criação de comunidades de públicos informadas e críticas quanto ao valor e qualidade das produções artísticas e a aproximação dos criadores ao(s) seu(s) público(s) e com eles interagir em contextos comunicacionais imediatos, tangíveis, diretos, respetivamente.

Se, tal como a PIDE interpretou e se preocupou, estes eventos serviam igualmente, e implicitamente, como veículo gerador da tomada de consciência e posição, pelo menos, face aos efeitos das políticas culturais empreendidas pelo Estado Novo, tal efeito seria expectável mercê da sua orientação e exclusividade ideológica ou subfinanciamento.

Através de ofício de 11 de julho de 1960, a Delegação do Porto reporta ao diretor da PIDE que a atividade cultural da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto (AJHLP), do ano de 1959/1960, terminou no dia 2 do referido mês de julho.

*Pela sua biblioteca passaram vários escritores e artistas, tendo sido proferidas 38 conferências e colóquios, conforme relação que se junta. Dirige todo o movimento cultural da Associação, o professor do Liceu D. Manuel II OSCAR LUSO DE FREITAS LOPES, elemento esquerdista julgado já no Tribunal Plenário desta cidade<sup>146</sup>.*

A referida lista de colóquios e conferências, anexa ao ofício, dava conta das datas, intervenientes e temas (plurais) abordados, a saber:

- 14/4 – 1958 — Victor de Sá — conferência sobre Amorim Viana.*
- 6/2 – 1959 — António Reis e outros artistas — Colóquio sobre artes moderna (de jovens artistas em exposição na Associação).*
- 14/2 – 1959 — Agustina Besa Luís — Colóquio sobre a sua obra.*
- 26/2 – 1959 — Eugénio de Andrade — Colóquio sobre a sua poesia.*
- 6/3 – 1959 — escultor Gustavo Bastos — Colóquio sobre artes plásticas.*
- 14/3 – 1959 — José Rodrigues Miguéis — Colóquio sobre a sua obra.*
- 19/3 – 1959 — Rev.º. Dr. Xavier Coutinho — Colóquio sobre artes plásticas.*
- 21/3 – 1959 — Acúrcio Pereira — Conferência.*
- 1/4 – 1959 — Colóquio sobre «Camilo Pessanha» por Dr. Óscar Lopes.*
- 16/4 – 1959 — Colóquio sobre artes plásticas do escultor Henry Moore. Introdução a cargo do escultor Lagoa Henriques.*

<sup>146</sup> ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo 80 CI (1.º volume), (NT 1156), Ofício n.º 2.674-S.R., ff. 60-61.

- 17/4 - 1959 — *Dr. Sousa Costa — Conferência sobre «Camilo na Assmbleia Portuense».*
- 20/4 - 1959 — *Dr. Alberto Uva — Conferência sobre o retrato de alguns poetas.*
- 23/4 - 1959 — *Colóquio sobre a escultura Henry Moore.*
- 30/4 - 1959 — *Gustavo Bastos — Arte esquimó.*
- 9/5 - 1959 — *Dr. Mário Sacramento — Colóquio sobre Fernando Pessoa.*
- 8/6 - 1959 — *Tomás Ribas — Colóquio sobre ballet.*
- 9/6 - 1959 — *Dr. Carrington da Costa — Conferência sobre orientação profissional.*
- 13/6 - 1959 — *Luís Veiga Leitão e Fernando Echevarría - Colóquio sobre as suas poesias.*
- 6/7 - 1959 — *Matilde Rosa Araújo — Conferência sobre Irene Lisboa.*
- 13/10 - 1959 — *Dr. Norberto Lopes — Conferência sobre jornalismo.*
- 24/10 - 1959 — *Dr. Joel Serrão — Conferência sobre Sampaio Bruno.*
- 31/10 - 1959 — *Fernando Namora — Colóquio sobre a sua obra.*
- 28/11 - 1959 — *Dr. Armando Bacelar — Colóquio «Há progresso na literatura?».*
- 12/12 - 1959 — *Debate sobre a construção dum cinema. Usaram da palavra os Snrs. Eng. Mário do Carmo, António Pedro, Óscar Lopes, Cerveira Pinto, etc.*
- 16/12 - 1959 — *Dr. Dinis Jacinto — Colóquio sobre teatro e público.*
- 30/1 - 1960 — *Egito Gonçalves e António Reis — Colóquio sobre as suas obras.*
- 6/2 - 1960 — *Ferreira de Castro — Colóquio literário no Teatro Nun'Álvares.*
- 13/2 - 1960 — *Bernardo Santareno — Colóquio sobre as suas obras.*
- 12/3 - 1960 — *Fernando Correia de Oliveira — Colóquio «porquê música dodecafónica? Porquê música electrónica? Porquê simetrismo sonoro?».*
- 9/4 - 1960 — *Dr. Sant'Ana Dionísio — Colóquio «O sentido satírico do génio de Pascoais».*
- 15/4 - 1960 — *escritor Manuel Mendes — Colóquio literário sobre as suas obras. Neste colóquio interveio também o Dr. Óscar Lopes, como crítico.*
- 1/5 - 1960 — *David Mourão Ferreira — Colóquio «A Poesia da geração de 50».*
- 3/5 - 1960 — *Dr. Hernâni Cidade — Conferência «O Infante D. Henrique — Homem Barca».*
- 6/5 - 1960 — *Dr. Urbano Tavares Rodrigues — Conferência «A maior dívida do Brasil a Portugal — A maior dívida de Portugal ao Brasil».*
- 14/5 - 1960 — *Dr. Jaime Cortesão — Conferência «A maior dívida do Brasil a Portugal — A maior dívida de Portugal ao Brasil».*
- 11/6 - 1960 — *Dr.ª Fernanda Botelho — Colóquio sobre as suas obras.*
- 2/7 - 1960 — *Dr. João de Araújo Correia — Colóquio sobre as suas obras.*
- 19/12 - 1959 — *Fernando Lopes Graça — Colóquio sobre música popular folclórica<sup>147</sup>.*

<sup>147</sup> ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo 80 CI (1.º volume), (NT 1156), Ofício n.º 2.674-S.R., ff. 60-61.

Este relatório sobre a atividade cultural da AJHLP regista ainda que ela

*é altamente perniciosa, pois sempre que lhe é possível, ainda que veladamente, ataca as Instituições Vigentes e os seus dirigentes. Nos últimos tempos, o DR. ÓSCAR LOPES tem procurado evitar aqueles ataques, sem dúvida alguma por saber que elementos da Polícia assistem aos colóquios, mas esta, não pode evitar e muito menos controlar o convívio dentro da Associação, em que tomam parte grande número de jovens*<sup>148</sup>.

A prolixidade temática, a qualidade das trinta e oito sessões ora citadas, que podemos deduzir dos perfis biobibliográficos dos participantes, numa mescla de gerações, diz bem da imagem pública e vitalidade de Óscar Lopes no domínio da divulgação cultural na cidade do Porto. A organização de colóquios foi continuada por Óscar Lopes no quadro da sua presidência da Delegação do Norte da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE), a qual, segundo Egito Gonçalves, somada à atividade na AJHLP representou, em globo, mais de oitenta iniciativas realizadas, até ao encerramento da SPE em 1965, em vários outros espaços da cidade do Porto: Livraria Divulgação, Clube dos Fenianos Portuenses, Ateneu Comercial do Porto, entre outros<sup>149</sup>. Diz Egito Gonçalves que os colóquios «constituíram um esforço insano e heróico — sempre com a PIDE às canelas», só possível devido às qualidades pessoais de Óscar Lopes: capacidade de trabalho, «de diálogo, o seu empenho, a sua maneira de vencer as adversidades», incluindo «o humor comunicativo com que via entrar os pides para assistir aos colóquios e o descaro do estenógrafo pidesco»<sup>150</sup>.

Os colóquios realizados por Óscar Lopes entre 1959 e 1965 foram, segundo o próprio, acima da centena, «acarretaram a venda de uns milhares de livros» que

*levaram numerosos autores de diversas tendências a enfrentar pela primeira vez o público; e que, com poucas exceções, todas elas perdoáveis, nos ensinara a nós a trocar ideias sobre literatura e arte, com correcção, cada vez com mais método e propriedade, e até não poucas vezes com inteligência e com muito tacto*<sup>151</sup>.

O sentido de se aprofundar a capacidade de apreciação estética por parte de públicos cada vez maiores era um desígnio social de Óscar Lopes. E se o fez, mesmo com objetivos políticos implícitos, com maior intensidade ao longo da sua quarta década de vida, talvez visasse gerar a coalização de sinergias que combatesse algo a que

<sup>148</sup> ANTT — PIDE/DGS, Serviços Centrais, Processo 80 CI (1.º volume), (NT 1156), Ofício n.º 2.674-S.R., ff. 60-61.

<sup>149</sup> Cf. GONÇALVES, 1996: 98.

<sup>150</sup> Cf. GONÇALVES, 1996: 98-99.

<sup>151</sup> LOPES, 1986b: 212-213.

ele, nos seus ofícios de professor, investigador e crítico literário, teve de habituar-se e que queria, por razões estéticas, de economia e de saúde, evitar, a saber:

*A crítica da mediocridade cansa. A crítica e o ensino de uma literatura que não seja de primeira ou, pelo menos, de segunda qualidade cansam, porque obrigam a um esforço de simpatia imaginativa capaz de suprir as insuficiências de expressão. E a simpatia literária é, suponho, tão extenuante como a melhor caridade cristã: só uma vigilância intensa a impede de cair na frase feita, na moenda ideológica apenas ilusoriamente esclarecedora e, no fundo, desgarrada daquilo de que realmente se deve tratar*<sup>152</sup>.

Em *A educação do gosto literário*, conferência proferida no Clube dos Fenianos Portuenses, em 1965, Óscar Lopes tece considerações com um propósito, a um tempo, construtivo, provocador ou estimulante sobre algo que, declara, ter alguma dificuldade em «discernir em absoluto e aprioristicamente: “o que é bom em literatura”»<sup>153</sup>. A prudência e sensibilidade com que expõe o conceito de «belo estético», como uma «tessitura de relações unificadas por uma consciência, exigindo, por isso, um grande dinamismo pessoal»<sup>154</sup>, denotam o lastro de um denso trabalho de reflexão feito a partir dos frutos do seu labor de historiador da literatura portuguesa, crítico literário, investigador-linguista, professor liceal de Português, História, Latim e Grego e ativista cultural. Estas comprovadas capacidades cognitivas fazem de Óscar Lopes uma das mais importantes referências na construção do cânone literário português, por um lado, e, considerando a sua defesa da, entre outras, integração da literatura estrangeira traduzida nos *curricula* dos ensino secundário (Homero, Eurípides, Plutarco, Goethe, Schiller, Cervantes, Lope de Vega, Dante, Petrarca, Manzoni, Tolstói, Dostoievsky, Ibsen, Kipling, D’Anunzio, Êsquilo, Xenofonte, Cícero, Horácio, Tito Lívio, entre outros), como divulgador do cânone literário ocidental, à época<sup>155</sup>, por outro.

A propósito da redescoberta das «heranças que fazem a trajetória duma literatura» nacional, José Cardoso Pires, afirma que os autores «portugueses do passado que Óscar Lopes soube trabalhar com um olhar novo e naturalmente lúcido para os reimplantar na paisagem do presente» foram teorizados por quem (re)conhece «com gosto os autores do presente». «Sim, com um historiador e crítico ensaísta desta dimensão o estudo da nossa Literatura atingiu uma dignidade de coisa viva, questionadora»<sup>156</sup>.

<sup>152</sup> LOPES, 2001: 21.

<sup>153</sup> LOPES, 1986b: 178.

<sup>154</sup> LOPES, 1986b: 179.

<sup>155</sup> LOPES, 1986b: 182-184.

<sup>156</sup> PIRES, 1996: 135-136.

O nosso argumento, em relação à posição central de Óscar Lopes no aprofundamento crítico do cânone literário, é robustecido pela interseção de leituras cruzadas (e, necessariamente, contraditórias) que fizemos entre o que a PIDE procurava vislumbrar ou confirmar nas intervenções públicas e nos escritos de Óscar Lopes e o que Harold Bloom afirma constituir e corporizar o cânone literário ocidental. Afirma Bloom que a

*liberdade para apreender o valor estético pode surgir do conflito de classes, mas o valor não é exactamente igual à liberdade, mesmo que não consiga ser alcançado fora daquela apreensão. Por definição, o valor estético é engendrado por uma interacção entre artistas, um processo de influência que é sempre uma interpretação. A liberdade de ser artista, ou crítico, surge necessariamente da apreensão sensorial. Mas a fonte ou a origem da liberdade da apreensão sensorial, não sendo irrelevante para o valor estético, não é, contudo, exactamente igual a ele<sup>157</sup>.*

Bloom explicita o que entende por cânone literário de modo algo convergente com o que Óscar Lopes referiu como *belo estético*, a saber:

*o Cânone, uma palavra religiosa nas suas origens, tornou-se uma escolha entre textos em luta uns com os outros pela sobrevivência. Este facto mantém-se independentemente de se interpretar a escolha como resultado de grupos sociais dominantes, instituições de educação, tradições de crítica ou, como eu acho, como tendo sido feita por autores que chegaram depois, e que se sentem eles próprios escolhidos por determinadas figuras ancestrais<sup>158</sup>.*

Continua, Bloom, afirmando que o

*movimento de dentro da tradição não pode ser ideológico ou colocar-se a si próprio ao serviço de quaisquer fins sociais, por mais moralmente admiráveis que eles possam ser. Só se irrompe no cânone graças à força estética, que é essencialmente constituída por um amálgama: domínio da linguagem figurativa, originalidade, poder cognitivo, saber, exuberância de dicção<sup>159</sup>.*

Rematando de forma taxativa que o «estudo da literatura, seja qual for a maneira de o levar a cabo, nunca poderá salvar um indivíduo ou melhorar a sociedade»<sup>160</sup>.

---

<sup>157</sup> BLOOM, 2013: 37.

<sup>158</sup> BLOOM, 2013: 33.

<sup>159</sup> BLOOM, 2013: 42.

<sup>160</sup> BLOOM, 2013: 44.

Mas, segundo Óscar Lopes, o estudo da literatura deve, em contextos de aprendizagens formal e informal, ser objeto de trabalho mais metodizado com vista ao desenvolvimento de leitura orientada e crítica, a qual

*consiste em dinamizar no educando uma auto-educação à qual os mais elevados padrões estéticos apenas servem como modelo de exercício (um modelo abstracto, porque externo à sua sinceridade, à sua integridade evolutiva), e não como terminus a atingir*<sup>161</sup>.

Sublinhando ainda que «a leitura crítica constitui o método por excelência da educação literária. É mesmo fácil mostrar que a leitura crítica está inerente à própria criação literária»<sup>162</sup>.

Neste sentido, podemos alinhar o pensamento de Óscar Lopes tecido em 1965 pelo de Harold Bloom, dado a lume em 1994, quando este reforça que devemos «distinguir o poder e a autoridade estéticos do Cânone Ocidental de todas e quaisquer consequências espirituais, políticas ou até mesmo morais que ele possa ter encorajado. Embora a leitura, a escrita e o ensino sejam necessariamente actos sociais, até mesmo o ensino tem o seu aspecto solitário, uma solidão que só dois podem partilhar»<sup>163</sup>, a qual neste quadro envolve: escritor-leitor, leitor-escritor, professor-aluno, aluno-professor.

Neste quadro, consideramos que o *marxismo* que Óscar Lopes evidencia em parte da arquitetura metodológica e argumentativa, nos seus trabalhos e intervenções públicas, no quadro de um regime político vigilante e repressor, é matizado pela especificidade epistemológica dos próprios objetos de estudo (Literatura e Linguística). Este dado é, assim, convergente com o esforço desenvolvido em prol de uma crítica e ensaísmo literários e de um estudo da linguagem mais estruturados, atualizados e científicos, que observe a herança cultural e patrimonial e lhe acrescente valor. Esta nossa opinião é convergente com a concepção dialética da história, no âmbito de uma sociedade aberta e democrática, deixada em manuscrito por Walter Benjamin, perto da sua morte, em 1940, a saber: «Em cada época, é necessário refazer a conquista da tradição, contra o conformismo que está em vias de a neutralizar» e que a «luta de classes que um historiador formado pela escola de Marx tem sempre no espírito é um combate pelas coisas brutas e materiais sem as quais as coisas subtis e espirituais não existem»<sup>164</sup>.

Nesta linha de argumentação, parece-nos que os censores e os estenógrafos da PIDE não lhe conseguiam apanhar afirmações literais contra a *Situação* política do país porque a liberdade patenteada nesses atos (escritos ou intervenções) era de natureza

<sup>161</sup> LOPES, 1986b: 187.

<sup>162</sup> LOPES, 1986b: 186.

<sup>163</sup> BLOOM, 2013: 49.

<sup>164</sup> BENJAMIN, 2013: 60 e 57, respetivamente.

diversa: brotavam de um modo de estar próprio de um estudioso e investigador íntegro; eram estruturadas por uma densa e rigorosa argumentação científica, literária, cultural, empírica e intelectual; e,

*caso raro, raríssimo, é daí que lhe vem a agilidade criativa do seu modo de ler [...] uma solidez cultural que não se avaliza com exibicionismos de erudição nem se passeia com galhardetes cosmopolitas para ganhar um coro de aplausos magazinescos (afinal, outra face do «bem pensar» a que ele se refere algures)<sup>165</sup>.*

Serve isto ainda para dizer que, mesmo em intervenções de cariz político, como, por exemplo, o discurso pronunciado no comício da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) do distrito do Porto, realizado no Coliseu do Porto, a 22 de outubro de 1969, no âmbito da oposição democrática concorrente às eleições legislativas no mesmo mês, Óscar Lopes denotava uma construção argumentativa sólida, clara e empiricamente fundada, de nítida matriz marxista<sup>166</sup>. Nesta intervenção, sobre o estado da educação e cultura em Portugal, Óscar Lopes recobre o período das décadas de 1920 a 1960, argumenta, exemplificando, com os casos de intelectuais forçados à demissão ou ao exílio (Bento de Jesus Caraça, Abel Salazar e Ruy Luís Gomes), do fruste investimento público e da desigualdade social no sector educativo, da crise literária e artística, da falta de equipamentos e de apoio à instalação de companhias de ópera, bailado e teatro no Porto. Deste discurso retiramos algumas frases que se quadram com o desfiar do nosso raciocínio sobre a incapacidade operacional da PIDE face à resiliência e criação intelectual, a saber (o sublinhado é nosso):

*A repressão já não sabe ao certo quê ou quem reprimir, porque paradoxalmente os repressores precisam vitalmente daquilo mesmo ou daqueles mesmos que ainda reprimem<sup>167</sup>.*

*Estamos a entrar num mundo onde se impõe o estudo permanente, onde se impõe círculos frequentes de reaprendizagem colectiva para todas as produções e graus sempre superiores de iniciativa. De responsabilidade e portanto de liberdade. Nada disto é concebível sem a liberdade associativa estudantil, professoral e outra, sem o saber espontâneo do grupo. Os governantes anti-democráticos debater-se-ão sempre nesta contradição e só nós democratas poderemos ser, nisto, inteiramente consequentes. Nós dispomos dos meios, e mais do que isso, nós é que somos os meios<sup>168</sup>.*

<sup>165</sup> PIRES, 1996: 136.

<sup>166</sup> Cf. LOPES *et al.*, 1969.

<sup>167</sup> LOPES *et al.*, 1969: 54.

<sup>168</sup> LOPES *et al.*, 1969: 58.

Para uma compreensão mais profunda do sentido da atividade política em Óscar Lopes, seja do ponto de vista operacional e filosófico, seja do ponto de vista subjetivo, importa atentar na declaração que nos prestou em 2001:

*Nunca me considerei grande orador ou pessoa que influenciava as outras pessoas, em termos meramente emotivos ou a lisonjear as pessoas... Eu fui sempre muito pouco político nesse sentido. Era político nas minhas convicções. As minhas convicções eram aliás, convicções bastante flexíveis. Isto permite-me ter acompanhado o Partido e acompanhá-lo ainda. Eu posso dizer que filosoficamente acompanho em grande parte a filosofia do Partido Comunista mas, em primeiro lugar, não sei bem até onde vai essa filosofia. Em segundo lugar, não acredito que possa estar de acordo com outro filósofo qualquer... Por exemplo, eu posso dizer-me materialista, que não acredito na sobrevivência individual. Quanto à sobrevivência coletiva, já acho isso um grande problema. Até 1927, portanto até à altura em que comecei a frequentar as escolas secundárias, eu era todo católico, etc., etc. Mas em religião eu tinha muitas razões para duvidar. É que eu conheci a Igreja de dentro. Os meus pais destinavam-me inicialmente a ser padre. E eu, inicialmente, tive um pouco essa convicção, depois é que me despi... Coisa curiosa. E, todavia, simpatizava bastante com o padre da minha freguesia, mas não acreditava na sinceridade dele... e, se calhar, cumpria. Mas indo ao ponto em questão, à sobrevivência, eu acredito que a autoconsciência individual, o facto de as pessoas poderem dizer «eu» e dar sentido a esta palavra, é qualquer coisa de bastante importante, embora as pessoas só aprendem a dizer «eu» aí perto dos 3 anos e com certas indecisões<sup>169</sup>.*

## CODA

Em *O Aleph*, publicado originalmente em 1949, Jorge Luis Borges escreveu, entre outros contos, a *Biografia de Tadeo Isidoro Cruz (1829-1874)*. Das atribuições passadas pelo vaqueiro, assassino, soldado raso, pequeno proprietário e sargento da polícia rural *Tadeo*, retiramos e realocamos no contexto deste trabalho a seguinte frase: «Qualquer destino, por longo e complexo que seja, consta na realidade *de um só momento*: o momento em que o homem sabe para sempre quem é»<sup>170</sup>.

Consideramos que este *momento* borgeano, de reconhecimento do *eu*, poderá ser situado, no que concerne ao percurso vital de Óscar Lopes, em meados da década de 40. Neste período, para além da habilitação profissional para a docência do 1.º grupo do curso liceal (Português, Latim e Grego) obtida, em 1940/1941, com a aprovação do Estágio Pedagógico com Exame de Estado, cursado no Liceu Normal Pedro Nunes, em

<sup>169</sup> Da Entrevista.

<sup>170</sup> BORGES, 1998: 582.

Lisboa, e, em termos pessoais, do casamento com Maria Helena Gaspar Madeira (que nunca foi sua *correligionária*) em 1941, são produzidos trabalhos e assumidas decisões, por um jovem adulto, na casa dos 25 a 29 anos de idade, que vão (de)marcar o trajeto da sua vida futura. A nível profissional verifica-se o início simultâneo da carreira de docente de Português, Latim, Grego (e, mais tarde, de História e Filosofia) do ensino secundário-liceal e de coautor de livros escolares de literatura portuguesa; no campo da investigação, os trabalhos em Literatura (história, crítica e ensaio) e em Linguística; no domínio da intervenção cultural, a realização de várias conferências públicas; do ponto de vista político, a sua adesão ao Partido Comunista Português em 1942; em termos editoriais, o trabalho de tradução acompanhado, característica indelével, por um trabalho/texto seu como prefácio, posfácio ou tábua cronológica. Neste nicho vital do *momento* dos anos 40 temos ainda de alocar o curso de licenciatura em História pela Universidade de Coimbra e a não-aceitação das duas propostas de lecionar Latim, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que lhe foram apresentadas por Hernâni Cidade: «Não aceitei porque ficava separado da minha mulher e isso custava-me muito. Há anos, era condenar-me a ser professor de Latim. Eu gosto de Latim. Mas não me interessa fundamentalmente»<sup>171</sup>.

A qualidade e polivalência da obra, a inteireza e claridade do seu percurso vital, fazem de Óscar Lopes um caso diferenciado e específico na *intelligentzia* portuguesa e no processo de resistência e luta antifascista no período em análise. Considerámo-lo, no âmbito do nosso ofício de historiador, como o arquétipo mais conseguido daquilo que Franco Ferrarotti definiu como *universo singular*: «totalizado e ao mesmo tempo universalizado pela sua época, que ele retotaliza ao se reproduzir na sua singularidade»<sup>172</sup>.

Ou ainda, aprofundando o significado da palavra *sentido*, palavra tão cara a Óscar Lopes, na perspetiva da teoria da história, podemos afirmar, apoiados em Jörn Rüsen, que ele, quer pela sua agência e intervenção como professor, intelectual e opositor político do Estado Novo, quer pelo pensamento demonstrado nos seus trabalhos publicados, cumpriu cabalmente com os processos mentais de constituição de sentido dedicados à orientação da sua experiência vital no tempo histórico em análise. Para decifrar

*esse desempenho mental como fundamento da consciência histórica humana, a atividade mental da constituição de sentido pode ser desmembrada em quatro componentes naturalmente interdependentes, mais ainda, imbricados: experiência ou percepção, interpretação, orientação e motivação*<sup>173</sup>.

---

<sup>171</sup> Da Entrevista.

<sup>172</sup> FERRAROTTI, 1990: 59.

<sup>173</sup> RÜSEN, 2015: 42.

Estas componentes podem ser representadas numa sequência temporal: a geração histórica de sentido é acionada pela *experiência* de uma mudança temporal; essa mudança coloca em questão o ordenamento da vida dos sujeitos e carece, por conseguinte, de uma *interpretação*; esta interpretação inserir-se-á na *orientação* cultural da existência humana através de um duplo movimento e efeito — orientação interna (identidade) e orientação externa (*praxis*); da «experiência interpretada do tempo podem surgir, no quadro mesmo da orientação, *motivações* para o agir humano». A busca de sentido é, assim, um processo que requiere a atividade otimizada da interconexão interna dos quatro componentes. Sentido será, então, um ponto de equilíbrio, uma unidade coordenadora «que serve de critério fundamental da interpretação do homem e do mundo, e tal unidade equivale ao desempenho da cultura na vida humana»<sup>174</sup>.

Em Óscar Lopes é difícil deslaçar as diferentes dimensões da sua atividade docente, intelectual e política. Funcionam em sistema, como um organismo vivo, como a seguir passamos a sintetizar.

As questões de Linguística brotam de tangíveis problemas com que se deparou na *praxis* no ensino de Português e dos conexos postulados e dispositivos ideológicos (em matéria social e educativa, por exemplo) no uso da linguagem e de textos literários. Por exemplo, em *Preliminares de um gramática*, Óscar Lopes afirma que

*é possível uma de duas atitudes perante a linguagem. Ou a concebemos como simples convenção, e a distinguimos das coisas e das ideias; ou então nos embrenhamos a estudar as relações entre os sinais como se não existissem coisas ou ideias em si mesmas, isto é independentes dos sinais. Esta segunda atitude é inatacável logicamente; só temos consciência de coisas ou ideias mediante sinais*<sup>175</sup>.

Os seus ensaios literários conduzem ao questionamento das condições históricas, materiais, sociais, políticas, culturais e educativas da produção, circulação e debate da literatura em contextos, por exemplo, de ideologia liberal (século XIX). Afirma Óscar Lopes que o «móbil da poesia clássica é o eufemismo, o amaneiramento, a ‘fuga à tangente’, que Ortega y Gasset arvora corajosamente em razão última de ser toda a poesia»<sup>176</sup>. Considerando a sua intervenção política (quer de conspiração clandestina, quer de intervenção pública) e de divulgação cultural e literária, pensamos que essa afirmação se quadra com a estratégia de resgate da dimensão humanista de Óscar Lopes no período do Estado Novo. E, atenção, esta maneira *poética*, segundo a nossa perspectiva, de estar na vida política de Óscar não é orientada por «versalhada

<sup>174</sup> RÜSEN, 2015: 43.

<sup>175</sup> LOPES, 1943: 12.

<sup>176</sup> LOPES, 1946: 10.

lamecha»<sup>177</sup> ou um «teclado restrito»<sup>178</sup> de leitura, análise e interpretação da situação da Oposição no país. Bem pelo contrário. A análise que faz, por exemplo, da polémica chamada *Questão Coimbrã* e, em particular, do sentido agregador «de tendências que em comum quase só tinham uma vontade renovadora»<sup>179</sup> das *Conferências do Casino* de 1871, em estudo de 1946, lembremos, é testemunho do exercício de «aquele agudo senso do real», que afirma, modestamente, faltar-lhe em resposta ao *questionário Proust* cerca de quarenta anos mais tarde<sup>180</sup>. «Quer dizer», a fim de melhor precisar esta nossa asserção, recorreremos novamente ao mesmo autor, «os poetas portugueses da geração de 70 em regra [...] servem uma ideologia revolucionária mesmo quando pretendem só fazer arte; e a cada passo, fazem arte inconscientemente infiéis à sua ideologia»<sup>181</sup>.

A história, enquanto trajeto da humanidade, em articulação com os estudos literários e linguísticos, alimenta o espírito humanista, marxista e universalista que denota nos seus trabalhos. Atente-se, por exemplo, na seguinte passagem do *Posfácio do Tradutor* na obra de Paul Hazard, em que explicita a sua visão quanto ao sentido emancipador, de autoconsciência, autodeterminação e agência que o estudo da História proporcionam:

*São os homens que fazem a história, porque a história só se torna inteligível, só deixa de ser um caos, se a concebermos como o processo de uma humanidade fazendo-se a si própria, libertando-se pela consciência e controlo progressivos das leis naturais que a determinam, consciência e controlo que lhe permitem determinar-se voluntariamente segundo a sua necessidade íntima: o domínio das coisas é que permite e, em parte, sugere a sua orientação no sentido dos valores humanísticos*<sup>182</sup>.

Se atentarmos num outro exemplo, o do verbete sobre as *Conferências Democráticas*<sup>183</sup>, publicado no *Dicionário de História de Portugal*, dirigido pelo também então professor liceal Joel Serrão, verificamos que ele encerra, para além da dimensão informativo-empírica, um modelo de ação cultural (que poderá ter inspirado Óscar Lopes para as dezenas de colóquios e conferências realizados) e de protesto e recurso contra os presos políticos pelo Estado Novo. Tal como Alexandre Herculano se solidarizou com os protestos contra a proibição das *Conferências* em junho de 1871 também Óscar Lopes contestou a processo-crime instaurado contra Aquilino Ribeiro em 1959.

---

<sup>177</sup> LOPES, 1946: 23.

<sup>178</sup> LOPES, 1946: 27.

<sup>179</sup> LOPES, 1946: 21.

<sup>180</sup> Cf. LOPES, 1973: 113.

<sup>181</sup> LOPES, 1948: 21.

<sup>182</sup> LOPES, 1971: 345.

<sup>183</sup> Cf. LOPES, 1963: II, 152-153.

A intervenção política declarada publicamente, quando, tomando as palavras de empréstimo a Carlos Drummond de Andrade, «é tempo de meio silêncio,/de boca gelada e murmúrio,/palavra indireta, aviso/na esquina. Tempo de cinco sentidos/num só. O espião janta connosco»<sup>184</sup>, está eivada de referências históricas (31 de janeiro de 1891, situação de bancarrota portuguesa na década de 1890, atrasos industrial e capitalista nacionais, imperialismo inglês, emigração portuguesa, implantação da República), autores como Camões, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Teófilo Braga, Antero de Quental, António Sérgio, Jaime Cortesão, Aquilino Ribeiro, e cientistas como Rui Luís Gomes, Abel Salazar e Bento de Jesus Caraça<sup>185</sup>.

Óscar Lopes foi um marxista que não fez do passado tábua rasa e nem, por isso, renunciou à ideia de revolução. Aliás, fundou na memória do passado e na história (da literatura e cultura portuguesas; dos primeiros socialistas em Portugal; nos republicanos eleitos para a Câmara de Deputados em 1870, entre eles o patrono do seu Liceu quando aluno, José Rodrigues de Freitas, por exemplo) e na representação de um futuro vigoroso a resiliência ao regime político repressivo do seu tempo, a sustentação do seu trajeto vital, intelectual e profissional durante o Estado Novo. Daí o facto de, por formação eclética, consciência histórica e observação do escrúpulo metodológico, ter investido em temas e abordagens que se tornaram, a um tempo, inovadoras, complexas, canónicas e com potencial de transmutação e evolução científica e pedagogicamente sustentadas (cf., por exemplo, a *História da Literatura Portuguesa*, a *Gramática simbólica do Português*).

A juntar a estes traços da personalidade de Óscar Lopes é nossa convicção que devemos ainda relevar a importância e influência que os estudos musicais tiveram na sua atividade intelectual e até política. Tendo nascido numa família de músicos (mãe violoncelista e pai pianista, ambos igualmente professores desses instrumentos), matriculado como aluno externo do Conservatório de Música do Porto (classe de piano), a ponto de afirmar que «se não tirei um curso de música foi porque isso se tornou incompatível com a Literatura e a Linguística», e de que conservava em casa um piano e nele «ainda tocava há anos com frequência»<sup>186</sup>, consideramos que também na música poderemos encontrar algumas chaves para compreender o pensamento de Óscar Lopes em relação, por exemplo, aos estudos linguísticos. Se considerarmos que a notação musical é constituída por símbolos ideográficos, regrada e estilizada do ponto de vista gráfico, parametrizada por dispositivos lógico-formais na sua concepção e registo, os quais nada têm em comum com a perceção sensorial do som produzido, tal como a notação matemática, podemos afirmar que, desde tenra idade Óscar Lopes teve diante dos seus olhos parte das soluções que vai teoricamente advogar e, tal como um instrumentista, metodicamente executar nos seus estudos linguísticos. O facto de

<sup>184</sup> ANDRADE, 2015: 153.

<sup>185</sup> Cf. LOPES, 1969c.

<sup>186</sup> LOPES, 1996: 23.

ter estudado piano e de, por exemplo, em múltiplas entrevistas ter declarado o gosto por peças de música contemporânea (lembremo-nos que a compilação de alguns dos seus artigos em *Uma arte de música e outros ensaios* foi publicada pela Oficina Musical, associação portuense orientada para o estudo e divulgação da música do século XX e também *ensemble* de reconhecida carreira), leva-nos ainda a considerar, metaforicamente, entenda-se, que a prática de dissociação do trabalho das mãos do pianista executante (por exemplo, a mão esquerda trabalha de forma diferente da direita) poderá igualmente ser importante para a compreensão do jogo de contrários ou de harmonias (tonal/atonal), de dinâmicas musicais diferenciadas (por exemplo, intensidade enérgica, um *molto fortissimo*, numa mão e mais dissimulada ou quase inaudível, um *molto pianissimo*, na outra), que poderemos reconhecer, de modo mais vincado, na atividade política de Óscar Lopes durante a repressão salazarista e marcelista e, ainda, na espécie de música de que ele entrevista e retribuía na poesia.

A poesia, arriscámo-lo afirmar, parece configurar igualmente um *locus* privilegiado para a compreensão do trajeto de vida que Óscar Lopes trilhou em regime político ditatorial. Esta pista da poesia foi-nos sugerida pelo próprio em dois *lugares* da sua escrita. O primeiro reside na passagem do ensaio, mais um, que dedicou à poesia de Eugénio de Andrade e onde parece falar um pouco de si próprio, a saber:

*não gosto da solidão como assunto de queixume. Mas gosto dos seus frutos. [...] É um modo de realidade-esperança, o modo da mais íntima e apaziguante esperança que eu conheço. Uma esperança impensável, a não ser talvez em música e em poesia para-musical*<sup>187</sup>.

O segundo *lugar* apresentamo-lo com a finalidade dupla de deixar em aberto o processo de descodificação de uma história de vida densa, íntegra e complexa, a desenvolver, necessariamente, no quadro de um trabalho mais dedicado e sistemático, e de encerrar este estudo. Assim, sugerimos a leitura da definição de poesia que Óscar Lopes, aos 28 anos de idade, fixou em *Realistas e Parnasianos* e convidamos à sua releitura através do pequeno exercício de substituição dos substantivos poesia e poeta por *vida* e *homem* (ou *investigador*), respetivamente, e do adjetivo poética por *vital*:

*A poesia é aventura, é sortida fora do recinto, do já formulado e assente, mas por isso mesmo não prescinde de contacto com o ponto de partida; o poeta deve exhibir um santo-e-senha do pensar da sua época ou do seu meio; ninguém o seguirá na sua aventura sem que reconheça nos primeiros passos uma ideologia aceite. A poesia não se exime à necessidade de continuidade dialéctica que dá sentido à*

---

<sup>187</sup> LOPES, 2001: 35.

*cultura humana. Qualquer experiência poética prende-se a um conceito admitido, tanto pode ser o segundo sentido abstracto e personificado da palavra “coração”, como um certo quadro de valores estéticos ou éticos*<sup>188</sup>.

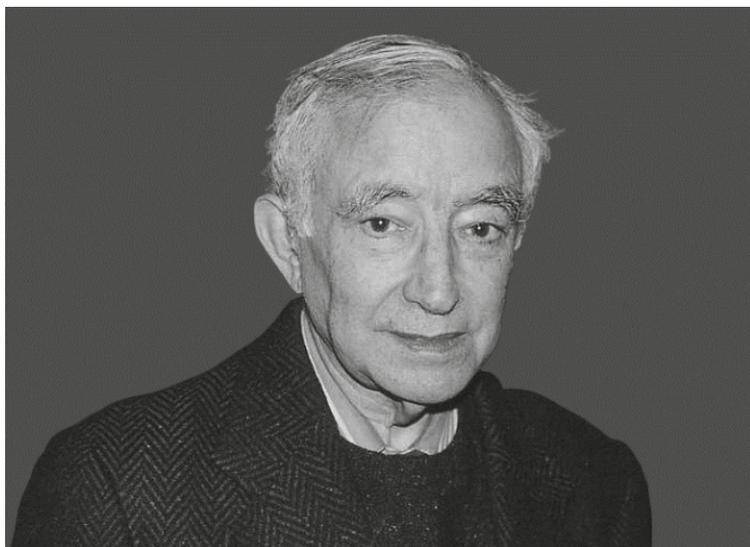


Fig. 2. Óscar Lopes, em 2 de março de 2001

## FONTES

### Oral

— Entrevista a Óscar Luso de Freitas Lopes, Porto, 02.03.2001 (duração total: 204,38 minutos).

### Escritas

#### Arquivo Histórico do Ministério da Educação (referências em 1998)

- AHME — Relatório do Liceu D. Manuel II de 1950/51: Relatórios dos Liceus, Relatório n.º 304, Caixa n.º 38.
- AHME — Relatório do Liceu D. Manuel II de 1951/52: Relatórios dos Liceus, Relatório n.º 319, Caixa n.º 39.
- AHME — Relatório do Liceu D. Manuel II de 1952/53: Relatórios dos Liceus, Relatório n.º 360, Caixa n.º 44.
- AHME — Relatório do Liceu D. Manuel II de 1953/54: Relatórios dos Liceus, Relatório n.º 384, Caixa n.º 46.
- AHME — Relatório do Liceu D. Manuel II de 1954/55: Relatórios dos Liceus, Relatório n.º 419, Caixa n.º 49.
- AHME — Relatório do Liceu D. Manuel II de 1955/56: Relatórios dos Liceus, Relatório n.º 462, Caixa n.º 52.
- AHME — Relatório do Liceu D. Manuel II de 1956/57: Relatórios dos Liceus, Relatório n.º 475, Caixa n.º 53.
- AHME — Relatório do Liceu D. Manuel II de 1957/58: Relatórios dos Liceus, Relatório n.º 499, Caixa n.º 55.
- AHME — Relatório do Liceu D. Manuel II de 1958/59: Relatórios dos Liceus, Relatório n.º 520, Caixa n.º 57.
- AHME — Relatório do Liceu D. Manuel II de 1959/60: Relatórios dos Liceus, Relatório n.º 528, Caixa n.º 58.

---

<sup>188</sup> LOPES, 1946: 11.

### **Arquivo da Escola Secundária Rodrigues de Freitas (referências em 1999)**

- AESRF — Folhas de informação do Pessoal em exercício neste Liceu em Abril de 1956 (registo biográfico), Livro s/ n.º.
- AESRF — Folhas de informação do Pessoal em exercício (registo biográfico), 8 Livros s/ n.º.
- AESRF — Nótulas sobre História da Literatura Portuguesa (por Alexandre Rocha Peixoto Amorim e Óscar Luzo Leça), documento disperso.
- AESRF — Processo Individual do aluno Óscar Luso de Freitas Lopes, cx. s/n.º.
- AESRF — Relatório do Liceu de 1960/61: *Relatórios do Liceu*, Pasta n.º 2725.
- AESRF — Relatório do Liceu de 1961/62: *idem*.
- AESRF — Relatório do Liceu de 1962/63: *Relatórios do Liceu desde 1959-1960*, Maço n.º 2961.
- AESRF — Relatório do Liceu de 1963/64: *idem*.
- AESRF — Relatório do Liceu de 1964/65: *idem*.
- AESRF — Relatório do Liceu de 1967/68: *idem*.

### **Arquivo Nacional Torre do Tombo**

- ANTT — *PIDE/DGS*, Serviços Centrais, Processo 80 CI (1.º volume), (NT 1156), 147 folhas.
- ANTT — *PIDE/DGS*, Serviços Centrais, Processo 80 CI (2.º volume), (NT 1156), 249 folhas.
- ANTT — *PIDE/DGS*, Serviços Centrais, Processo PC 822/63 (NT 5514), 29 folhas.
- ANTT — *PIDE/DGS*, Serviços Centrais, Processo PC 47/55 (NT 5110), 1º volume, 477 folhas.
- ANTT — *PIDE/DGS*, Del. Porto, PC, Processo 207/63 (NT 3189), Pasta 1, 63 folhas.
- ANTT — *PIDE/DGS*, SC, Proc. 3239/70 SR (NT 3829), 11 folhas.
- ANTT — *PIDE/DGS*, SC, Bol. 22794 (NT 7976), 2 folhas.
- ANTT — *PIDE/DGS*, Cad. 10846, (UT 3445), 1 folha.
- ANTT — *PIDE/DGS*, SC, E/GT, Proc. 6391, (UI 1532), 24 folhas.

### **Arquivo da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

- AFLUP — *Secção de Pessoal*, Processo Individual de Óscar Luso de Freitas Lopes, Pastas s/n.º.

### **Imprensa**

- «O Jornal», ano V, 231 (28 de setembro de 1979).
- «O Mensageiro», 15 números (1952-1955) (jornal escolar do Liceu Nacional D. Manuel II).

## **BIBLIOGRAFIA**

- ADELL, Nicolas (2015) — *Introduction: La part de la main. Des rapports entre la main et l'esprit en anthropologie*. «ethnographiques.org». 31 (dez.). Disponível em <<http://www.ethno-graphiques.org/Introduction-La-part-de-la-main>>. [Consulta realizada em 15.09.2016].
- ANDRADE, Carlos Drummond de (2015) — *Antologia poética*. 5.ª ed. Lisboa: Edições D. Quixote. Ed. original de 1962.
- ANDRADE, Eugénio de (1996) — *Duas notas sobre Óscar Lopes*. In AA.VV. — *Uma homenagem a Óscar Lopes*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos / Edições Afrontamento, p. 100-102.
- AA.VV. (1996) — *Uma homenagem a Óscar Lopes*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos / Edições Afrontamento.
- BARRETO, Costa, org. (1958-1963) — *Estrada larga. Antologia dos números especiais, relativos a um lustro, do Suplemento «Cultura e Arte» de «O Comércio do Porto»*. Porto: Porto Editora, 3 vols.
- BENJAMIN, Walter (2013) — *Sur le concept d'histoire*. Paris: Éditions Payot et Rivages. Ed. original de 1942, manuscrito de 1940.

- BLOOM, Harold (2013) — *O Canône Ocidental*. 5.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Temas e Debates. Ed. original de 1994.
- BORGES, Jorge Luis (1998) — *O Aleph*. In *Obras Completas. I. 1923-1949*. Lisboa: Editorial Teorema, p. 551-651. Ed. original de 1949.
- BRITO, Ana Maria *et al.*, org. (1997) — *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras.
- CARTER, William C. (2013) — *Marcel Proust: a life*. 2.<sup>a</sup> ed. New Haven: Yale University Press.
- COELHO, António Borges (2007) — «Prefácio». In LOPES, Óscar — *As mãos e o espírito*. Porto: Campo das Letras, p. 5-9.
- CORREIA, Luís Grosso (1998) — «Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação». O sistema educativo no Estado Novo. «Ler História», 35, p. 71-107.
- \_\_\_\_ (2016a) — *Récita do Liceu. O Liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II no Estado Novo*. Lisboa: Edições Colibri / Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas.
- \_\_\_\_ (2016b) — *Récita do Liceu. O Liceu Rodrigues de Freitas/D. Manuel II no Estado Novo. Volume de Anexos*. Porto: Edições Colibri / Agrupamento de Escolas Rodrigues de Freitas/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016b. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id1491&sum=sim>>.
- \_\_\_\_ (2016c) — *História*. In CORREIA, Luís G., org. — *Do Liceu Feminino do Porto à Escola Secundária Carolina Michaëlis*. Lisboa: Edições Colibri / Agrupamento de Escolas Carolina Michaëlis, p. 21-93.
- DOSSE, François (2005) — *Le pari biographique. Écrire une vie*. Paris: La Découverte.
- FERRAROTTI, Franco (1990) — *Histoire et histoires de vie. La méthode biographique dans les sciences sociales*. 2.<sup>a</sup> ed. Paris: Méridiens Klincksieck (ed. original italiana de 1981).
- FONSECA, Fernanda Irene (1996) — *A busca de sentido*. In AA.VV. — *Uma homenagem a Óscar Lopes*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos / Edições Afrontamento, p. 108-110.
- GEERTZ, Clifford (1978) — *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GONÇALVES, Egito (1996) — *Para o Óscar, um abraço*. In AA.VV. — *Uma homenagem a Óscar Lopes*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos / Edições Afrontamento, p. 98-99.
- HAZARD, Paul (1971) — *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Cosmos (ed. portuguesa original de 1948).
- LEMONS, Mário Matos e (2012) — *Oposição e eleições no Estado Novo*. Lisboa: Assembleia da República.
- LIMA, Augusto César Pires de (1956-1957) — *O Liceu Nacional Central do Porto*. «O Tripeiro». V Série, ano XI, n.º 9 (p. 272-279) e ano XII, n.º 2, 4, 6, 7, 9, 11, 12 (p. 51-56, 111-114, 185-186, 210-211, 279-282, 335-336, 368-371, respetivamente).
- LIMA, Isabel Pires de; MARTELO, Rosa Maria (1997) — Óscar Lopes em «A Crítica do Livro» – duas leituras. In BRITO, Ana Maria *et al.*, org. — *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras, p. 261-271.
- LOPES, Óscar (1942) — *As grandes ideias de Camões. Conferência lida pelo Professor Óscar de Freitas Lopes – em 10 de Junho de 1942*. Vila Real: Associação Escolar de Camilo Castelo Branco – Liceu de Vila Real.
- \_\_\_\_ (1943) — *Equívocos do velho Humanismo*. «Revista da Faculdade de Letras», 2.<sup>a</sup> Série. Tomo X, 19 p. (separata).
- \_\_\_\_ (1944) — *Preliminares a uma Gramática*. «Gazeta de Filosofia», 3 (fev.), p. 12-23.
- \_\_\_\_ (1946) — *Realistas e Parnasianos (1860-1890): antologia de poetas*. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições.
- \_\_\_\_ (1948) — *Oliveira Martins e as contradições da Geração de 70*. Porto: Biblioteca Fenianos.
- \_\_\_\_ (1950) — *Humanismo e Linguística*. Coimbra: Sociedade Editora Vértice (separata dos n.º 81-84 de «Vértice – Revista de Cultura e Arte»).
- \_\_\_\_ (1952) — *Ouvindo o Sr. Dr. Óscar Lopes*. «O Mensageiro», 2 (nov.), p. 7.

- \_\_\_\_ (1956) — *Introdução à Edição Portuguesa*. In WELLS, H. G. — *História Universal*. Lisboa: Livros do Brasil, vol. I, p. 5-9.
- \_\_\_\_ (1958a) — *As mãos e o espírito. Lição*. Porto: Divulgação Distribuidores.
- \_\_\_\_ (1958b) — *Lógica Gramatical e Lógica Simbólica*. «Labor», 179 (nov.), p. 69-82.
- \_\_\_\_ (1962) — *Alguns apoiados e um agradecimento*. In SÁ, Mário de Vasconcelos e — *Problemas do nosso ensino*. Porto: ed. autor.
- \_\_\_\_ (1963) — *Academistas; Conferências Democráticas; Literatura portuguesa; Melo, D. Francisco Manuel de; Questão Coimbrã*. In SERRÃO, Joel, dir. — *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 4 vols.
- \_\_\_\_ (1969a) — *Ler e depois. Crítica e interpretação literária/1*. Porto: Editorial Inova.
- \_\_\_\_ (1969b) — *Modo de ler. Crítica e interpretação literária/2*. Porto: Editorial Inova.
- \_\_\_\_ (1969c) — *Discurso*. In CABRAL, Júlio Sereno, coord. — *A revolta de ontem nas palavras de hoje*. 2.<sup>a</sup> ed. Porto: Júlio Sereno Cabral, p. 11-17.
- \_\_\_\_ (1970) — *Para a coordenação necessária entre o Português e a Matemática*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (col. Cadernos do Centro de Investigação Pedagógica).
- \_\_\_\_ (1971a) — *Perspectivas de uma gramática simbólica*. «VI Congresso do Ensino Liceal». Aveiro: [S. n.], 7 pp (separata).
- \_\_\_\_ (1971b) — *Posfácio do Tradutor*. In HAZARD, Paul — *A crise da consciência europeia (1680-1715)*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Edições Cosmos, p. 345-348. Ed. portuguesa original de 1948.
- \_\_\_\_ (1972) — *Gramática simbólica do Português (um esboço)*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Ed original de 1971.
- \_\_\_\_ (1973) — *Convite para a URSS*. Porto: Editorial Inova.
- \_\_\_\_ (1986a) — *Palavras de auto-explicação*. In *Uma arte de música e outros ensaios*. Porto: Oficina Musical, p. 19-25.
- \_\_\_\_ (1986b) — *A educação do gosto literário*. In *Uma arte de música e outros ensaios*. Porto: Oficina Musical, p. 177-213. Ed. original de 1965.
- \_\_\_\_ (1986c) — *Uma arte de música e outros ensaios*. Porto: Oficina Musical.
- \_\_\_\_ (1996) — *Para modernização da análise gramatical*. «Boletim Bibliográfico e Informativo», 7. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Separata.
- \_\_\_\_ (2001) — *Uma espécie de música (A poesia de Eugénio de Andrade)*. Porto: Campo das Letras.
- LOPES, Óscar; MARTINS, Júlio (1941a) — *Lições elementares de Literatura Portuguesa: em conformidade com o programa oficial do 3.º ciclo*. Lisboa: Livraria Avelar Machado.
- \_\_\_\_ (1941b) — *Manual elementar de Literatura Portuguesa: em conformidade com as disposições legais*. Lisboa: Livraria Avelar Machado.
- \_\_\_\_ (1945) — *Breve história da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Livraria Empresa Contemporânea de Edições.
- \_\_\_\_ (1951) — *Manual elementar de literatura portuguesa*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livraria Didáctica.
- \_\_\_\_ (1955) — *Manual elementar de literatura portuguesa*. 3.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livraria Didáctica.
- \_\_\_\_ (1970) — *Manual elementar de Literatura Portuguesa*. 6.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Livraria Didáctica Editora.
- LOPES, Óscar; SARAIVA, António J. (1985) — *História da Literatura Portuguesa*. 13.<sup>a</sup> ed. Porto: Porto Editora. Ed. original de 1955.
- LOPES, Óscar et al. (1959) — *Algumas considerações ao I volume de Estrada larga*. Porto: [S.n.], p. 13-15.
- LOPES, Óscar et al. (1969) — *Cadernos de Cultura Democrática*. Porto: Ed. Autores.
- LOPES, Óscar et al. (2000) — *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora Multimédia (recurso eletrónico: CD-ROM).
- MACEDO, António (1979) — *O julgamento pela PIDE do futuro Presidente de Angola*. «O Jornal», ano V, 231 (28.09), p. 28-29.

- MARTINS, Júlio, *sel.* (1940) — *O Palmeirim de Inglaterra, de Francisco de Morais*. Lisboa: Livraria Avelar Machado.
- NEVES, Leonor Curado (2005) — *António de José Saraiva e Óscar Lopes: correspondência*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Gradiva.
- OLIVEIRA, Fátima (2005) — *Sobre Óscar Lopes – o linguista*. In NUNES, Leonor Curado, ed. – *António José Saraiva e Óscar Lopes: correspondência*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Gradiva Publicações, p. 31-36.
- PIRES, José Cardoso (1996) — *Em rumo aberto e descoberta*. In AA.VV. (1996) – *Uma homenagem a Óscar Lopes*. Matosinhos: Câmara Municipal de Matosinhos / Edições Afrontamento, p. 135-137.
- POIRIER, Jean; CLAPIER-VALLADON, Simone; RAYBAUT, Paul (1999) — *Histórias de vida. Teoria e prática*. 2.<sup>a</sup> ed. Oeiras: Celta Editora.
- RIBEIRO, Aquilino (2014) — *Quando os lobos uivam*. Lisboa: A Bela e o Monstro Edições. Ed. fac-símile do original de 1958.
- RÜSEN, Jörn (2015) — *Teoria da história. Uma teoria da história como ciência*. Curitiba: Editora UFPR. Ed. original alemã de 2013.
- SANTO, Manuela Espírito *et al.* (2001) — *Alguém diz tu: quatro conversas com Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras.
- VISNIEC, Matéi (2015) — *O negociante de inícios de romance*. São Paulo: É Realizações.
- WELLS, H. G. (1956) — *História Universal*. Lisboa: Livros do Brasil, 3 vols.